



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**MEMORIAL**

4ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE  
**PROMOTORAS E  
PROCURADORAS DE JUSTIÇA**

EDIÇÃO DA REGIÃO SUDESTE: SÃO PAULO-SP  
7 E 8 DE JUNHO DE 2019



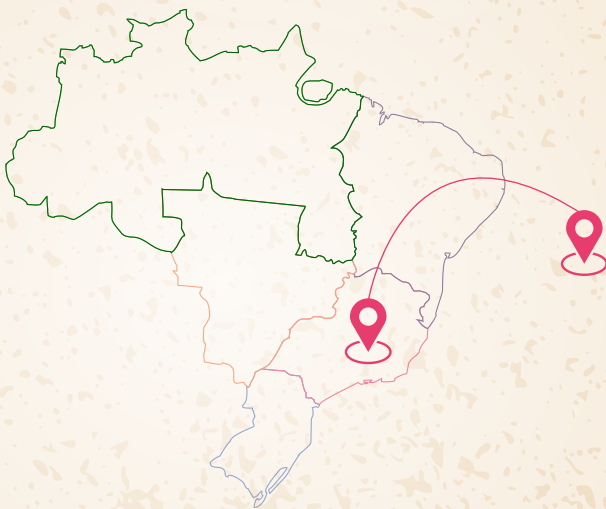
União Europeia

## MEMORIAL

4ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE

# PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA

Diálogos Brasil-União Europeia  
Perspectivas de Equidade de Gênero no  
Sistema de Justiça Ministério Público



Edição da  
**REGIÃO SUDESTE**  
7 e 8 de Junho de 2019  
São Paulo-SP



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



União Europeia



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES





# MEMORIAL

4ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE

## **PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA**

Diálogos Brasil-União Europeia  
Perspectivas de Equidade de Gênero no  
Sistema de Justiça Ministério Público



## **EXPEDIENTE**

**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e  
Procuradora-geral da República**

Raquel Elias Dodge

**Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP**

Ivana Farina Navarrete Pena

**Secretária-geral do CNMP**

Cristina Nascimento de Melo

**Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
do CNMP**

Valter Shuenquener de Araújo

**Encarregada de Negócios a.i. da Delegação da União Europeia  
no Brasil**

Claudia Gintersdorf

## AGRADECIMENTOS E APOIO

A presidência do Conselho Nacional do Ministério Público expressa especial agradecimento às instituições que apoiaram a 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Edição da Região Sudeste:

Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj)

Associação Espírito-Santense do Ministério Público (AMMP)

Associação Mineira do Ministério Público (AGMP)

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)

Associação Paulista do Ministério Público (APMP)

Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP)

Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP)

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

Governo do Estado de São Paulo

Grupo de Trabalho sobre combate à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP)

Grupo Nacional de Direitos Humanos, da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (GNDH/ COPEVID/ CNPG)

Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público

Procuradoria-geral da República

Procuradoria-geral de Justiça de Minas Gerais

Procuradoria-geral de Justiça de Rio de Janeiro

Procuradoria-geral de Justiça de São Paulo

Procuradoria-geral de Justiça do Espírito Santo

Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva (SDH/CNMP)

Secretaria-Geral (SG/CNMP)

### Organizado por:

Ana Maria de Souza Torres Teixeira

Ana Teresa Silva de Freitas

Costanzo Fisogni

Cristina Nascimento de Melo

Elisa Natola

Ivana Farina Navarrete Pena

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira

Maria Clara Azevedo

M. Andréa Borges David

Renata Pinho Studart Gomes

Valéria Diez Scarance Fernandes

Wilson Alves da Silva

### Texto elaborado por:

Raquel Lasalvia

### Fotos:

Érica Cunha / Senoide Produções

Bruna Ruiz / Núcleo de Comunicação Social do Ministério Público do Estado de São Paulo

Caio Leão / Núcleo de Comunicação Social do Ministério Público do Estado de São Paulo

### Diagramação:

Secretaria de Comunicação do CNMP  
Gráfica e Editora Movimento

Conselho Nacional do Ministério Público

Setor de Administração Federal Sul - SAFS,  
Quadra 2, Lote 3  
Edifício Adail Belmonte - Brasília-DF - CEP: 70070-600  
www.cnmp.mp.br

## **A MULHER DO FIM DO MUNDO**

Meu choro não é nada além de carnaval  
É lágrima de samba na ponta dos pés  
A multidão avança como vendaval  
Me joga na avenida que não sei qual é  
Pirata e super-homem cantam o calor  
Um peixe amarelo beija minha mão  
As asas de um anjo soltas pelo chão  
Na chuva de confetes deixo a minha dor  
Na avenida, deixei lá  
A pele preta e a minha voz  
Na avenida, deixei lá  
A minha fala, minha opinião  
A minha casa, minha solidão  
Joguei do alto do terceiro andar  
Quebrei a cara e me liberei do resto dessa vida  
Na avenida  
Dura até o fim  
Mulher do fim do mundo  
Eu sou e vou até o fim cantar.

Elza Soares, no álbum *Mulher do Fim do Mundo* (2015).





# **SIGLAS E ABREVIATURAS**



CDDF – Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público

CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CNPG – Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

COPEVID – Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

ENAMP – Escola Nacional do Ministério Público

ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União

GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

SDH – Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério Público

UE – União Europeia



# SUMÁRIO



---

<b>Apresentação</b> .....	<b>12</b>
<b>Quem participou</b> .....	<b>14</b>
Coordenadora-geral .....	<b>15</b>
Representante da Delegação da União Europeia no Brasil.....	<b>16</b>
Comissão Organizadora da 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Edição da Região Sudeste .....	<b>17</b>
Delegação da União Europeia no Brasil .....	<b>18</b>
Coordenadoras e Reladoras Temáticas.....	<b>19</b>
Autoridades Nacionais e Internacionais.....	<b>20</b>
Lista de participantes .....	<b>21</b>
<b>Orientação pedagógica e objetivos</b> .....	<b>22</b>
4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Edição da Região Sudeste .....	<b>23</b>
Homenageadas Especiais .....	<b>24</b>
<b>Diagnóstico: caminho e perspectiva</b> .....	<b>26</b>
Solenidade de Abertura .....	<b>27</b>
Mesa: Depoimentos sobre as Conferências Regionais .....	<b>35</b>
Roda de Conversa .....	<b>41</b>
Painel Temático: Perspectivas de Equidade de Gênero – Uma percepção feminina .....	<b>46</b>
Propostas aprovadas durante a 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Edição da Região Sudeste .....	<b>55</b>
Encerramento das Atividades e Avaliação .....	<b>68</b>
Respostas à Pesquisa .....	<b>69</b>



# APRESENTAÇÃO



Ancoradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 70 anos, as Conferências Regionais de Promotoras e Procuradoras de Justiça aclamam o princípio de que homens e mulheres são iguais em dignidade e afirmam o objetivo fundamental da República assegurado na Constituição Cidadã de 1988 de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A partir de dados quantitativos publicados pela pesquisa Cenários, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sobre a participação feminina no Ministério Público brasileiro, as Conferências inovam ao propor a construção de um diagnóstico subjetivo, baseado em um método pedagógico e científico, fruto da exitosa I Conferência Nacional de Procuradoras da República ocorrida nos dias 15 e 16 de junho de 2018.

O desafio de desenvolver um diagnóstico, de forma qualificada e presencial, contemplando todos os 26 Ministérios Públicos Estaduais e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios foi superado pela parceria firmada entre a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da Presidência do CNMP com a Delegação da União Europeia no Brasil, por meio do projeto Diálogos Setoriais denominado “Perspectivas da Equidade de Gênero no Sistema de Justiça/Ministério Público”.

A parceria tem propiciado uma abordagem comparativa entre o Brasil, a União Europeia e seus Estados Membros, com a finalidade de estimular novas práticas e novos olhares para fortalecer a presença de mulheres e de lideranças femininas, de modo a atuar pela implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, da Agenda 2030 da ONU, e assim buscar o cumprimento do compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Organizada por uma comissão plural e feminina e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), foi realizada, nos dias 7 e 8 de junho de 2019, a 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras dos Ministérios Públicos Estaduais da Região Sudeste, em São Paulo-SP, a quarta de cinco Conferências a serem promovidas durante o primeiro semestre de 2019.

Este Memorial registra toda a agenda, os dados e os debates do evento e apresenta as propostas aprovadas pelo plenário, resultado dos debates nas oficinas dos seis eixos temáticos: ingresso na carreira, condições de trabalho, políticas institucionais, políticas de equidade, carreira e outras jornadas e empoderamento.

Neste documento, o Ministério Público reafirma seu compromisso institucional na busca obstinada por equidade de gênero e na promoção da igualdade como efetivação do direito à diferença, da pluralidade, da convivência harmônica entre todos. Enquanto uma de nós, mulheres, estiver sendo vítima de violência, de discriminação e de exclusão, nenhuma de nós pode descansar.

**Raquel Elias Ferreira Dodge**

Procuradora-Geral da República  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



# QUEM PARTICIPOU





### **COORDENADORA-GERAL**

#### **Raquel Elias Ferreira Dodge**

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e  
Procuradora-Geral da República

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Raquel Dodge cursou o mestrado em Direito e Estado pela UnB e é Mestre em Direito pela Harvard Law School. Ingressou no Ministério Público Federal (MPF) em 1987. É procuradora-geral da República desde setembro de 2017, quando também assumiu a presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) e a Procuradoria-Geral Eleitoral. Integrou a equipe que redigiu o I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil e atuou nas I e II Comissões para adaptar o Código Penal brasileiro ao Estatuto de Roma. Coordenou a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF por dois mandatos e integrou a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão por seis mandatos. Foi Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta por dois mandatos. Tem experiência na área criminal, na defesa de direitos humanos, do patrimônio público, de índios e minorias, do meio ambiente, do consumidor e da ordem econômica.





### **REPRESENTANTE DA DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL**

#### **Maria Rosa Sabbatelli**

Chefa de Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil

É licenciada em Ciências Políticas pela Universidade L.U.I.S.S. “Guido Carli” de Roma e tem mestrado em Estudos Europeus. Entre 2002 e 2011, desempenhou funções como chefe de Projetos e chefe adjunta da Seção de Cooperação, assim como tarefas de Conselheira na Seção Política da Delegação da União Europeia na China. Desde o final de 2011, Maria Rosa desenvolve sua carreira na Delegação da União Europeia no Brasil. Durante essa etapa, foi chefe de Projetos da Seção de Cooperação, até 2014, com destaque para a gestão do projeto Diálogos Setoriais UE-Brasil. Desde junho de 2017, Maria Rosa foi designada como Chefe da Seção de Instrumentos de Política Externa, com responsabilidade geográfica sobre todo o continente americano.



### **COMISSÃO ORGANIZADORA DA 4ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA – EDIÇÃO DA REGIÃO SUDESTE**

#### **Raquel Elias Ferreira Dodge**

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-Geral da República.

#### **Ivana Farina Navarrete Pena**

Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério Público (SDH/CNMP)

#### **Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira**

Representante do Grupo de Trabalho sobre combate à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP)

#### **Valéria Diez Scarance Fernandes**

Representante do Grupo Nacional de Direitos Humanos da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Conselho Nacional de Procuradores-gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (GNDH/COPEVID/CNPG)

#### **Ana Teresa Silva de Freitas**

Representante da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP)

#### **Maria Clara Azevedo**

Representante do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público

#### **Cristina Nascimento de Melo**

Secretária-geral do CNMP e Representante da I Conferência Nacional de Procuradoras da República

### **COLABORAÇÃO ESPECIAL**

#### **João Akira Omoto**

Diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)



## **DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL**

### **Ministra Claudia Gintersdorfer**

Encarregada de Negócios a.i. da Delegação da União Europeia no Brasil

### **Conselheira Domenica Bumma**

Chefa da Seção Política, Econômica e de Informação da Delegação da União Europeia no Brasil

### **Primeira Secretária Maria Rosa Sabbatelli**

Chefa de Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil

### **Primeira Secretária Cecile Merle**

Oficial Política da Delegação da União Europeia no Brasil

### **Adido Civil Costanzo Fisogni**

Gerente de Projetos da Delegação da União Europeia no Brasil



## **COORDENADORAS E RELATORAS**

### **Eixo I - Ingresso na carreira: recrutamento, seleção e capacitação**

Coordenadora: Fabiana Paes (MPSP)  
Relatora Temática: Carla Stein (MPES)  
Relatora de Ata: Carolina Frare Lameirinha (MPMG)

### **Eixo II - Condições de trabalho: saúde, segurança e bem-estar**

Coordenadora: Patrícia Habkhouk (MPMG)  
Relatora Temática: Valéria Díez Scarance Fernandes (MPSP)  
Relatora de Ata: Moema Ferreira Giuberti (MPES)

### **Eixo III - Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas**

Coordenadora: Eliana Faleiras Vendramini Carneiro (MPSP)  
Relatora Temática: Vera Lúcia Murta Miranda (MPES)  
Relatora de Ata: Kátia Suzane Lima Mendes Araújo (MPMG)

### **Eixo IV - Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade**

Coordenadora: Sueli Lima e Silva (MPES)  
Relatora Temática: Luciana Teixeira Guimarães Christofaro (MPMG)  
Relatora de Ata: Luciana André Jordão Dias (MPSP)

### **Eixo V - Carreira e outras jornadas: gênero e família**

Coordenadora: Carla Rodrigues Araújo de Castro (MPRJ)  
Relatora Temática: Cláudia Ferreira Mac Dowell (MPSP)  
Relatora de Ata: Thereza Cristina Rodrigues Dias Corteletti (MPMG)

### **Eixo VI - Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: igualdade de gênero e políticas de equidade**

Coordenadora: Sílvia Chakian de Toledo Santos (MPSP)  
Relatora Temática: Maria Clara Costa Pinheiro de Azevedo (MPMG)  
Relatora de Ata: Tatiana Carvalho de Oliveira Cavalcanti (MPRJ)



## **AUTORIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS**

### **Raquel Elias Ferreira Dodge**

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-Geral da República

### **Maria Rosa Sabbatelli**

Chefe da Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil

### **João Doria**

Governador do Estado de São Paulo

### **Gianpaolo Poggio Smanio**

Procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo

### **Lídia Helena Ferreira da Costa dos Passos**

Subprocuradora-geral de Justiça de Integração e Relações Externas

### **Thiago Lacerda Nobre**

Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

### **Maria Gabriela Prado Manssur Trabulsi**

Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo e representante da diretoria da Associação Paulista do Ministério Público

### **Maria Cristina Zucchi**

Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo

### **Raquel Elita Alves Preto**

Diretora-tesoureira da Ordem dos Advogados do Brasil/São Paulo

### **Maria da Conceição de Assumpção Mello**

Ouidora do Ministério Público de Minas Gerais

### **Maria Beatriz Renoldi Murad Vervolet**

Chefe de Apoio ao Gabinete do Procurador-geral de Justiça do Espírito Santo

### **Ana Carolina Querino**

Representante interina da ONU Mulheres Brasil

### **Silvia Corradi Sander**

Assistente Sênior de Proteção no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)

### **Fábio Bastos Stica**

Membro do Conselho Nacional do Ministério Público

### **Luis Fernando Bandeira de Mello Filho**

Membro do Conselho Nacional do Ministério Público

### **Stylianos Hourmoziadis**

Cônsul-geral em São Paulo, representando o Embaixador da Grécia

### **João Akira Omoto**

Diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União

### **Ediene Santos Lousado**

Procuradora-geral de Justiça do Estado da Bahia e Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-gerais dos Ministérios Público dos Estados e da União – GNDH/CNPG

### **Liz-Elaine de Silvério e Oliveira Mendes**

Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

## LISTA DE PARTICIPANTES

Ano Ingresso	Nome	Cargo	Unidade
1995	Ana Laura Bandeira Lins Lunardelli	Promotora de Justiça	SP
1992	Anna Trotta Yaryd	Promotora de Justiça	SP
1994	Carla Rodrigues Araujo de Castro	Promotora de Justiça	RJ
1999	Carla Stein	Procuradora de Justiça	ES
2015	Carolina Frare Lameirinha	Promotora de Justiça	MG
1977	Catarina Cecin Gazele	Procuradora de Justiça	ES
1992	Claudia Ferreira Mac Dowell	Promotora de Justiça	SP
1989	Claudia Spranger e Silva Luiz Motta	Procuradora de Justiça	MG
1991	Cristina Di Giaimo Caboclo	Procuradora de Justiça	SP
2011	Cristina Ferreira Labarrère Nascimento	Promotora de Justiça	MG
2006	Daniela Yokoyama	Promotora de Justiça	MG
2013	Deborah Goulart Tavares	Promotora de Justiça	MG
1997	Eliana Faleiros Vendramini Carneiro	Promotora de Justiça	SP
1995	Eliane de Lima Pereira	Promotora de Justiça	RJ
1999	Fabiana Dal Mas Rocha Paes	Promotora de Justiça	SP
1997	Fabiola Sucasas Negrão Covas	Promotora de Justiça	SP
2018	Flávia Flores Rigolo	Promotora de Justiça	SP
2018	Joana Franklin de Araujo	Promotora de Justiça	SP
1999	Juliana Mendonça Gentil Tocanduva	Promotora de Justiça	SP
1995	Katia Suzane Lima Mendes Araújo	Promotora de Justiça	MG
2018	Lais Bazanelli Marques dos Santos	Promotora de Justiça	SP
1985	Lídia Helena Ferreira da Costa dos Passos	Procuradora de Justiça	SP
1987	Liliana Mercadante Mortari	Procuradora de Justiça	SP
2007	Luciana André Jordão Dias	Promotora de Justiça	SP
2008	Luciana Teixeira Guimarães Christofaro	Promotora de Justiça	MG
2017	Maria Beatriz Renoldi Murad Vervloet	Procuradora de Justiça	ES
2013	Maria Clara Costa Pinheiro de Azevedo	Promotora de Justiça	MG
1989	Maria Conceição de Assumpção Mello	Procuradora de Justiça	MG
2003	Maria Gabriela Prado Manssur Trabulsi	Promotora de Justiça	SP
1992	Maria Izabel do Amaral Sampaio Castro	Promotora de Justiça	SP
1992	Maria Pia Woelz Prandini	Promotora de Justiça	SP
1991	Maria Stella Camargo Milani	Promotora de Justiça	SP
1994	Maria Zumira Teixeira Bowen	Promotora de Justiça	ES
2005	Michelle Magalhães de Oliveira Perdigão	Promotora de Justiça	MG
2006	Moema Ferreira Giuberti Coradini	Promotora de Justiça	ES
1986	Mônica de Barros Marcondes Desinano	Procuradora de Justiça	SP
2013	Monique Mosca Goncalves	Promotora de Justiça	MG
1991	Nathalie Kiste Malveiro	Promotora de Justiça	SP
1993	Patrícia Habkoug	Promotora de Justiça	MG
2014	Paula Fernanda Almeida de Pazolini	Promotora de Justiça	ES
1992	Roberta Aline Saragiotto	Promotora de Justiça	SP
1999	Silvia Chakian de Toledo Santos	Promotora de Justiça	SP
1994	Sueli Lima e Silva	Promotora de Justiça	ES
2017	Tatiana Carvalho de Oliveira Cavalcanti	Promotora de Justiça	RJ
1987	Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner	Procuradora de Justiça	SP
2018	Thais Nascimbeni Buchala Hidd	Promotora de Justiça	SP
2001	Thereza Cristina Rodrigues Dias Corteletti	Promotora de Justiça	MG
1997	Valeria Diez Scarance Fernandes	Promotora de Justiça	SP
1992	Vera Lúcia de Camargo Braga Taberti	Promotora de Justiça	SP
2000	Vera Lucia Murta Miranda	Promotora de Justiça	ES



# **ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E OBJETIVOS**





### **4ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA – EDIÇÃO DA REGIÃO SUDESTE**

Promovida pela presidência do Conselho Nacional do Ministério Público, em parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil e com as Procuradorias-gerais de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais da Região Sudeste, a 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça aconteceu nos dias 7 e 8 de junho, no Centro de Apoio da ESMPU, sediado na Procuradoria da República em São Paulo.

O evento integra o conjunto de cinco conferências realizadas em cada região do País, no primeiro semestre de 2019, e que compõem o projeto *Diálogos Brasil-União Europeia: Perspectivas de Equidade de Gênero no Sistema de Justiça – Ministério Público*. A iniciativa tem o objetivo de realizar um diagnóstico subjetivo, de método pedagógico e científico, sobre as relações de gênero nas carreiras dos Ministérios Públicos Estaduais.

A União Europeia apoia e participa ativamente das conferências, possibilitando um intercâmbio de informações, experiências e boas práticas entre os Sistemas de Justiça do Brasil e dos Estados-membros da UE, como também uma abordagem comparativa entre distintos contextos socioculturais. As conferências regionais visam a construir uma agenda comum entre nações, estreitar vínculos e estratégias de promoção da igualdade de gênero nos Ministérios Públicos brasileiros e de países europeus.

Inspiradas no modelo da exitosa I Conferência Nacional de Procuradoras da República, que aconteceu em Brasília (DF), nos dias 15 e 16 de junho de 2018, as conferências regionais seguem metodologia instituída pela Portaria CNMP-PRESI nº 8, de 31 de janeiro de 2019, cuja elaboração teve apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme Acordo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP e a ESMPU, em 17 de janeiro de 2019.



A estrutura da conferência e o método adotados estimulam as participantes a refletirem e opinarem sobre os desafios para ingresso, permanência e evolução na carreira. Ao final, as conferencistas elaboram e aprovam proposições de políticas institucionais que visam a reduzir desequilíbrios de gênero na carreira do MP. Trata-se, portanto, de um evento técnico, temático, reflexivo e de integração.

Em São Paulo, a programação do evento contou com solenidade de abertura, mesa de depoimentos sobre as edições anteriores, oficinas simultâneas, roda de conversa, painel temático e plenária final. Nas oficinas, as participantes responderam perguntas previamente estabelecidas, relacionadas aos temas dos seguintes eixos:

Eixo I – Ingresso na carreira: recrutamento, seleção e capacitação

Eixo II – Condições de trabalho: saúde, segurança e bem-estar

Eixo III – Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas

Eixo IV – Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade

Eixo V – Carreira e outras jornadas: gênero e família

Eixo VI – Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: Igualdade de gênero e políticas de equidade

O método propõe que, à medida que refletem sobre tais questões, as conferencistas identifiquem os problemas que precisam ser enfrentados institucionalmente. Com o diagnóstico, os grupos constroem proposições e recomendações, que são objetos de deliberação na plenária final.

## HOMENAGEADAS ESPECIAIS

A 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça homenageou a história e a memória de seis inspiradoras mulheres da Região Sudeste, que se destacaram como artistas, escritoras, pensadoras, cantoras, juristas, cientistas políticas e nas demais artes.

As salas onde ocorreram as oficinas temáticas foram sinalizadas com os nomes e textos biográficos de Marielle Franco, Dona Ivone Lara, Cacilda Becker, Tarsila do Amaral, Carolina Maria de Jesus e Judith Leão Castello Ribeiro.

“A ideia é reconhecer que não fomos as primeiras a fazer essa reflexão. Muitas mulheres antes de nós abriram este caminho”, afirmou Raquel Dodge ao enunciar as homenageadas. A presidente do CNMP e procuradora-geral da República disse que considera fundamental, no processo de reflexão sobre equidade de gênero no MP brasileiro, se conectar às experiências de precursoras que abriram espaço na vida pública para outras mulheres.

A seguir, conheça cada uma das homenageadas especiais da 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Edição da Região Sudeste.

### **Sala Marielle Franco (RJ) – Vereadora e militante de direitos humanos**

Marielle Franco nasceu no Rio de Janeiro, em 1979. Formada em Sociologia, com mestrado em Administração Pública, Marielle foi eleita, em 2016, vereadora da Câmara do Rio de Janeiro e foi também presidente da Comissão da Mulher na Câmara Municipal. A socióloga, negra, feminista, política e defensora de direitos humanos iniciou sua militância na defesa da comunidade da Favela da Maré e seguiu denunciando abusos de autoridades policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, Marielle e seu motorista, Anderson Gomes, foram brutalmente executados a tiros no centro do Rio de Janeiro.

### **Sala Dona Ivone Lara (RJ) – Sambista**

Compositora, cantora e instrumentista, Dona Ivone Lara nasceu no Rio de Janeiro, em 1922. Negra, mãe, trabalhadora e dona de uma voz inconfundível, tornou-se a primeira mulher na história do samba a se consagrar como cantora e compositora. Foi pioneira ao assinar um samba-enredo, o clássico Cinco Bailes da História do Rio, que compôs ao lado de Silas de Oliveira e Bacalhau para a Escola de Samba Império Serrano. Um de seus maiores sucessos é a música Sonho Meu. Ao longo da vida, lançou mais de dez discos.

**Sala Cacilda Becker (SP) – Atriz**

Uma das personalidades mais importantes da classe teatral brasileira, Cacilda Becker nasceu em 1921, em Pirassununga, interior de São Paulo. Teve sua história de vida confundida com a do próprio teatro moderno brasileiro. Estreou no palco, aos 19 anos, no Teatro do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, e ficou conhecida pela diversidade de seus personagens. Com a chegada da ditadura militar, em 1964, a atriz assumiu voz ativa na demanda por liberdade de expressão e pela volta da democracia. A atriz sofreu um derrame cerebral durante o intervalo de uma das peças em que trabalhou, a famosa Esperando Godot, em 1969, vindo a falecer dias depois.

**Sala Tarsila do Amaral (SP) - Artista**

Artista e humanista, Tarsila do Amaral nasceu em 1886, na cidade de Capivari, interior de São Paulo. É a autora da pintura brasileira mais valorizada da história: o Abaporu, obra que originou o Movimento Antropofágico nas artes plásticas. Líder do movimento modernista, foi uma das organizadoras da revolucionária Semana da Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo. Acusada de subversão, chegou a ser presa por participar de reuniões políticas na década de 1930.

**Sala Carolina Maria de Jesus (MG) – Escritora**

Uma das primeiras escritoras negras do país e reconhecida internacionalmente, Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento (MG), em 1924. Teve uma infância difícil e frequentou a escola por apenas dois anos. Trabalhava como catadora de papel e, nas horas vagas, registrava o cotidiano da favela em cadernos que encontrava no material que recolhia, denunciando a pobreza e o preconceito vivido por negros. Um desses diários deu origem a seu primeiro livro, Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada, publicado em 1960. A obra virou best-seller e vendeu 100 mil exemplares no Brasil e mais de um milhão no exterior, tendo sido traduzida para 16 idiomas.

**Sala Judith Leão Castello Ribeiro (ES) – Educadora**

Professora e educadora emérita, Judith Leão nasceu no município da Serra (ES), em 1898. Foi a única mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia no Estado do Espírito Santo, por quatro legislaturas seguidas, de 1947 a 1963. Em 1949, foi a primeira mulher eleita para a Academia Espírito-santense de Letras, vencendo a resistência à participação da mulher naquela importante casa de cultura. Como parlamentar, lutou em benefício da classe de professores, tendo exercido ininterruptamente a função de presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, além de apresentar vários projetos ligados à Educação.



**DIAGNÓSTICO:  
CAMINHO E  
PERSPECTIVA**





## SOLENIIDADE DE ABERTURA

A solenidade de abertura da 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça contou com a presença de representantes dos Ministérios Públicos da Região Sudeste, de associações de classe, de organismos internacionais e de membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

A presidente do CNMP e procuradora-geral da República, Raquel Dodge, deu as boas-vindas aos presentes e agradeceu aos que se empenharam na organização da 4ª conferência. “Com muita emoção, cumprimento e saúdo cada uma de vocês que estão aqui e responderam ao nosso convite, especialmente a todos que estão neste painel, que foram muito importantes para a realização deste evento”, afirmou.

Dodge destacou que os objetivos da conferência visam a um diagnóstico subjetivo sobre a equidade de gênero no Ministério Público brasileiro, congregando membros de cada região, para que expressem o que pensam, o que sentem e o que gostariam que ocorresse na instituição, a fim de que possam exercer satisfatoriamente suas atribuições constitucionais.

Segundo a presidente do CNMP, a representatividade feminina configura-se como um princípio ético e traz benefícios para toda a sociedade. Em sua opinião, as mulheres querem participar com igualdade de oportunidades.



Somos uma instituição que trabalha em defesa da sociedade. Reproduzimos internamente as mesmas discriminações contra a mulher que são exercidas lá fora?”, questionou. Para a procuradora-geral da República, uma instituição como o Ministério Público deve promover tais reflexões de maneira franca, “sem teias, amarras ou medo de se expressar”.

As conferências, como explicou, inserem-se nesse escopo. “Estamos aqui para resolver e refletir sobre como fortalecer a posição de promotoras e procuradoras de Justiça no âmbito das nossas instituições, começando dentro de casa, a promover o princípio de mesma igualdade, de mesma oportunidade e mesmos direitos para todos”, afirmou.

A presidente do CNMP reforçou também que o ciclo de conferências “não é expressão de confronto ou de enfrentamento” com os homens da instituição. Conforme ponderou, o movimento “é um convite a uma boa convivência entre homens e mulheres”, com a expectativa de que “gradativamente, todas as promotoras e procuradoras presentes ocupem não apenas os seus cargos, mas também os espaços de poder” no Ministério Público brasileiro.

## **AÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA**

Na solenidade de abertura, a representante da Delegação da União Europeia no Brasil, Maria Rosa Sabbatelli, ressaltou que a proposta das conferências de promotoras e procuradoras de Justiça coincide com a visão da UE sobre o tema da igualdade de gênero. “Na palavra da nossa Alta Representante Federica Mogherini: ‘a luta pela igualdade é um dos valores fundamentais da União Europeia’. É um princípio pelo qual iremos continuar a lutar”, disse.

No que se relaciona à promoção da igualdade, Maria Rosa celebrou a memória de mulheres que historicamente lutaram e abriram caminho “para que pudéssemos ser procuradoras, diplomatas, juízas, astronautas” e que, hoje, são inspirações. “Acredito que seja nosso dever dar continuidade a essa luta, inclusive pela responsabilidade que temos com as futuras gerações”, opinou.

Na ocasião, a representante da Delegação da União Europeia no Brasil apresentou o trabalho do Instituto Europeu para Igualdade de Gênero, o maior centro de conhecimento sobre o assunto da região. Ela explicou que a “agência trabalha para que igualdade de tratamento entre homens e mulheres seja uma realidade dentro e fora da União Europeia”, assegurando as mesmas oportunidades e bem-estar para todos.

Conforme relatou, uma das estratégias do órgão é produzir conhecimentos que evidenciem que a igualdade de gênero gera crescimento. Segundo pesquisas do instituto, estima-se que, até 2050, a melhoria da igualdade de gênero na União Europeia criaria até 10 milhões de postos de trabalho, e a taxa de emprego atingiria quase 80%.

“Embora a Europa esteja entre os lugares mais seguros e mais igualitários para meninas e mulheres, no mundo, ainda há muitas iniquidades, ameaças e desafios a serem enfrentados”, afirmou Maria Rosa. Ela ainda vê obstáculos no âmbito profissional, como salários mais baixos, menor possibilidade de emprego e de carreira; mas também na vida cotidiana, como abusos e assédio. “Isso é inaceitável na Europa e em qualquer parte do mundo. Por isso, a luta conjunta é importante. Temos desafios comuns e temos que enfrentá-los juntos”, declarou.

## ANFITRIÕES

O governador de São Paulo, João Doria, se disse “duplamente feliz” por São Paulo receber 4ª Conferência Regional e também as novas dependências da ESMPU, na sede da Procuradoria da República. “Fico duplamente feliz. Primeiro, pela iniciativa de ser realizada aqui em São Paulo, a minha cidade e terra. E, ao mesmo tempo, pelo fato de estarmos inaugurando este espaço físico, que será dedicado, neste andar, ao ensino e à troca de opiniões, visões, permitindo, assim, que pessoas não apenas de São Paulo, mas de todo o Brasil, possam vir aqui e participar, como estão fazendo já neste evento”.

Doria reforçou que é “um profundo admirador das mulheres” e que procura evidenciar isso na prática, trabalhando lado a lado com elas nas secretarias de Estado de São Paulo e na estrutura de comando de suas empresas.

Para a subprocuradora-geral de Justiça do MP/SP, Lídia Passos, o tema das conferências regionais reflete “a personalidade essencialmente republicana” do Ministério Público. Passos acredita que a instituição exemplifica as contradições do País e que, para avançar, deve promover a diversidade como um valor essencial a ser preservado.

Em sua explanação, Lídia deu exemplos de como o Ministério Público bandeirante tem atuado para a promoção da equidade de gênero. No âmbito interno, a subprocuradora-geral realçou a instalação do Subcomitê de Gênero, que tem trabalhado para reduzir os casos de assédio moral e sexual na instituição. No âmbito externo, Lídia elencou as ações levadas a cabo pelo Núcleo de Gênero do MP/SP de enfrentamento da violência doméstica, como a pesquisa Raio-x do Femicídio em São Paulo, que mapeou as condições de aplicação da Lei de Femicídio e a adoção de medidas protetivas.

A promotora de Justiça do MP/SP e membra da diretoria da Associação Paulista do Ministério Público, Gabriela Manssur, elogiou a iniciativa do CNMP em trazer o assunto para debate e assinalou a importância da representatividade feminina em cargos de gestão e decisão do MP brasileiro. Gabriela destacou que oportunidades iguais, para homens e mulheres, é um pilar fundamental para construção de uma sociedade justa.



### **RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**

#### **Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-geral da República**



Muitas mulheres, mesmo no sistema de administração de Justiça e no Ministério Público, dissimulam e disfarçam as agressões que sofrem e as barreiras que encontram, exatamente como fazem as mulheres da sociedade civil. E muitas delas dissimulam essa dor, esse sofrimento e essas dificuldades exatamente pelo medo de que, ao expressar o que sentem e o que sofrem, a discriminação e as barreiras aumentem, ao invés de diminuírem. E é assim com muitas mulheres em nossa sociedade.

Nas três edições anteriores, ouvimos relatos muito impressionantes tanto do trabalho que têm feito as mulheres membras do Ministério Público em outros Estados da federação como ouvimos relatos sobre projetos impressionantes de como promotoras e procuradoras têm trabalhado para tirar do sofrimento, da violência, da dúvida, da discriminação as mulheres da nossa sociedade.

O nosso evento, portanto, é um evento para ouvi-las, para que expressem o que pensam, o que sentem, o que gostariam que ocorresse nas nossas instituições, para que possam melhor exercer as atribuições constitucionais.

Essa iniciativa se ancora, obviamente, talvez no documento mais importante, na minha opinião, do século passado: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 70 anos no ano de 2018. Qual é a importância desse documento? Ele extraordinariamente fez uma declaração ao mundo de que homens e mulheres são iguais em dignidade.

As instituições mundiais e a brasileira reproduzem esse princípio — que é um valor que estamos a defender — de que homens e mulheres, tendo a mesma dignidade, merecem a mesma oportunidade: a de ser feliz na vida. E, nós, do Ministério Público, não fazemos nada mais do que isso: eliminar as barreiras que impedem a felicidade do indivíduo e de suas comunidades no mundo e no Brasil.”



### **MARIA ROSA SABBATELLI**

#### **Chefa de Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil**



Temos muitas inspirações na história. Antes de nós, milhares de mulheres já lutaram e abriram caminho para que pudéssemos ser procuradoras, diplomatas, promotoras de Justiça, juízas, astronautas. Acredito que seja nosso dever dar continuidade a essa luta, inclusive pela responsabilidade que temos com as futuras gerações.

Acredito que empoderamento tem também a ver com imagem do êxito de mulheres no poder. Ressalto, como já fiz em Goiânia, a importância da simbologia de figuras como a da procuradora-geral da República. Quando meninas olham para a procuradora, percebem que elas também, um dia, podem ser líderes. Em seu contrário, ao ver só homens no sistema de Justiça e na política, a mensagem não é positiva.

Outro desafio importante que teremos é evitar dar passos para trás. Defender o que foi conquistado é defender junto com os homens, que nos ajudaram a conquistar. Temos a responsabilidade de incentivar as meninas e mulheres, ao redor do mundo, para ser e inspirá-las a ser o que elas querem. Não só porque é bom para as mulheres, mas porque é bom para o mundo e para nossa sociedade.”





## JOÃO DORIA

### Governador do Estado de São Paulo



Este é um evento feminino, dedicado às mulheres, a favor das mulheres, à representatividade das mulheres e àquilo que elas já fazem de bom para nossa sociedade.

Essa é uma belíssima iniciativa. É muito bom que seja um evento para promotoras e procuradoras. Sei que isso não significa discriminar nem colocar os homens em outro plano diferente. Mas significa aglutinar, somar, corresponder, colocar o senso dos valores que as mulheres têm na sua própria existência independentemente da sua formação.

Eu sou um profundo admirador das mulheres e coloco isso na prática. O nosso governo, em São Paulo, tem o maior número de mulheres à frente de secretarias, na história, proporcionalmente ao número de secretarias. Nós temos 20 secretarias e tem o maior número de mulheres proporcionalmente, ocupando funções de secretaria. O Estado de São Paulo fica muito orgulhoso de estar recebendo aqui vocês em um debate tão importante. ”

Diálogo



## LÍDIA PASSOS

### Subprocuradora-geral de Justiça de Integração e Relações Externas do Ministério Público de São Paulo

O Ministério Público é uma instituição que exemplifica muito bem as contradições do nosso País. Nós atuamos para promover oportunidades para todos os brasileiros, sem distinção de raça, gênero ou posição social; mas nos confrontamos, no nosso dia a dia, com a violência, com a desigualdade, com a burocracia, que são os obstáculos das oportunidades. Só avançamos se nos articulamos, com diálogo e integração, com a sociedade civil e com os poderes do Estado.

O que eu quero pontuar aqui é que o ‘DNA do Ministério Público’ — que está marcado na Constituição Federal — nos faz em dívida com a sociedade para promover aquilo que é mais essencial para qualquer pessoa: segurança pública, saúde, educação, habitação popular, saneamento básico, dignidade e justiça. Isso, de certo modo, é a nossa maior riqueza, porque ativa a nossa autocrítica e nos faz valorizar a diversidade — que nós celebramos hoje aqui — como um valor essencial a ser preservado.

A equidade de gênero é um tema muito estrutural do perfil, da imagem e daquilo que o Ministério Público de São Paulo quer para si. Ela tem um sentido de emancipação que não é só de mulheres, mas é uma emancipação da sociedade como um todo.

Os espaços de poder e o acesso aos processos decisórios estão ocorrendo por movimentos de expansão coletiva que são irresistíveis. Não são, de modo nenhum, algo que dependa singelamente dos nossos contatos e influências individuais. Eleições partidárias, comunicação social, influências culturais por todo o globo demonstram que esse fenômeno, essa onda feminina, é realmente um movimento novo.

Então, é por isso que nós entendemos e saudamos o tema da emancipação de gênero, que diz respeito, portanto, a mulheres e homens. Entendemos como sendo muito justo e muito fundamental seu reconhecimento como objetivo autônomo da agenda de sustentabilidade global.”





**MARIA GABRIELA MANSSUR**

**Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo e representante da diretoria da Associação Paulista do Ministério Público**



É muito importante que nós, mulheres, que hoje representamos 30% dos cargos de membros dos Ministérios Públicos estaduais, tenhamos a representatividade adequada nos cargos de liderança e que sejam postos, na mesa, quais são os obstáculos para que nós possamos conquistar uma igualdade de gênero dentro do Ministério Público.

Minhas boas-vindas, agradeço a todas, estou à disposição. E mais uma vez digo que uma sociedade justa é uma sociedade com oportunidades iguais, para homens e mulheres.”



### MESA: DEPOIMENTOS SOBRE AS CONFERÊNCIAS REGIONAIS



Este painel é uma oportunidade de as conferencistas dialogarem com promotoras e procuradoras de Justiça que participaram das edições anteriores do encontro. Em São Paulo, participaram deste momento a promotora de Justiça do Ministério Público do Amazonas, Sílvia Abdala Tuma; a procuradora-geral de Justiça do Ministério Público da Bahia, Ediene Santos Lousado; a promotora de Justiça do MP/BA Lívya Maria Santana e Sant'Anna Vaz; e a promotora de Justiça do MPDFT Liz-Elainne Oliveira Mendes.

Sobre a 1ª Conferência Regional, que aconteceu em Manaus, a promotora de Justiça Sílvia Abdala Tuma afirmou que o evento foi um marco na história dos Ministérios Públicos da região e teve impactos significativos no trabalho de promotoras e procuradoras de Justiça, que lidam diariamente com os desafios de uma região que não tem estradas, mas sim rios. “No Amazonas, foi muito importante o encontro, até pela amplitude do Estado, pois nós não temos estradas. Existe uma dificuldade de movimentação”, salientou.

A experiência da 2ª edição da conferência foi descrita por Ediene Santos Lousado, procuradora-geral de Justiça do MP/BA e anfitriã do encontro na região Nordeste. Em suas palavras, a conferência em Salvador proporcionou não apenas um diagnóstico subjetivo, mas também “um novo olhar” e a possibilidade de pensar em práticas para engajar mais mulheres na política institucional.

Ediene destacou a pertinência de um espaço de reflexão como a conferência: “Antes da conferência do Nordeste, em Salvador, nunca houve uma oportunidade de aprofundar, entre as mulheres do MP, o debate em torno das relações de gênero”. Para a procuradora-geral de Justiça baiana, esse tipo de reflexão permite às mulheres conhecer os instrumentos que estão à disposição e as impulsiona “a desbravar terrenos”.

Ao narrar o percurso que a levou à Procuradoria-geral de Justiça, Ediene defendeu que as mulheres, para assumirem cargos de liderança, precisam empenhar o discurso da competência, com autoconfiança e espírito de luta.

Liz-Elaine Oliveira Mendes, promotora de Justiça que participou da 3ª Conferência Regional, em Goiânia (GO), celebrou o projeto das conferências e afirmou que, com ele, o Ministério Público brasileiro está “discutindo seu papel constitucional e sua coerência”.

Sobre a vivência no encontro da região Centro-Oeste, Liz-Elaine confessou que, no início das atividades, estava tensa com as discussões, mas foi acolhida por colegas de MP, mais velhas, que participaram do mesmo eixo temático. A promotora de Justiça do MPDFT pôde perceber, na ocasião, o quanto tinha afinidades de pensamento e compartilhava experiências semelhantes com as colegas.

“Essa sensibilização conjunta e o poder dessa coesão foram tamanhos que nós tivemos muita facilidade para aprovar proposições ousadas. Muitas foram unanimidade do nosso grupo”, relatou a promotora do MPDFT.

### **RAÇA E GÊNERO NO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Promotora atuante nas edições anteriores da conferência, Lívia Santana é responsável por introduzir o debate sobre interseccionalidade de gênero e raça na metodologia do encontro. Desde sua participação no painel temático da 2ª edição, em Salvador, a promotora de Justiça do MP/BA vem discutindo a pauta com promotoras e procuradoras dos MPs estaduais de todas regiões.

Em São Paulo, Lívia afirmou que a conferência realizaria “um trabalho incompleto se discutir equidade de gênero sem falar em raça”.

No painel, Lívia apresentou dados do recém-publicado Atlas da Violência, pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cujos dados evidenciam que a população negra é o principal alvo dos diferentes tipos de violência no Brasil.

“Segundo essa pesquisa, as vítimas de homicídio são, na maioria, homens negros. Das mulheres vitimadas, a maioria são negras; nos casos de mortalidade infantil, são crianças negras; mortalidade materna, mulheres negras; violência obstétrica, mulheres negras”, compartilhou. Nesse sentido, para Lívia, não é possível discutir qualquer assunto relacionado às relações sociais, econômicas, acesso a direitos, no País, sem trazer a interseccionalidade e a questão racial”.

A promotora de Justiça baiana falou também em representatividade e na importância de os colegas homens ouvirem e participarem do debate sobre relações de gênero. Lívia realçou a postura de alguns deles, que têm cedido seu lugar, em solenidades públicas, a mulheres. No entanto, ponderou: “representar é bom, mas ser é muito melhor. A gente precisa chegar lá e em todos os lugares”, disse Lívia.



### **SILVIA ABDALA TUMA**

#### **Promotora de Justiça do Ministério Público do Amazonas**



No Amazonas, foi muito importante o encontro. Até pela amplitude do Estado, pois nós não temos estradas. Existe uma dificuldade de movimentação. A partir da realização da conferência, nós criamos grupos de trabalho, comissões, houve um estímulo. Porque os problemas são comuns a todas as regiões, seja aqui em São Paulo, seja Manaus. Então, essa iniciativa é de muita importância. Isso foi um marco e, daqui para frente, temos que dar continuidade.”



### **EDIENE SANTOS LOUSADO**

#### **Procuradora-geral de Justiça do Ministério Público da Bahia**



Eu tenho me esforçado para convidar as mulheres, para fazer com que elas venham, realmente, ampliar nossa trincheira, que é uma trincheira de lutas todos os dias.

Quando, no meu Ministério Público, eu vou fazer a composição da mesa, eu procuro prestigiar e colocar mulheres. Quando eu vejo que pessoas muito próximas vão mandar representantes homens — embora sejam mulheres — eu ligo e peço: ‘mande uma mulher’. Quando eu não posso ir a algum evento, eu procuro mandar mulheres me representarem. Isso é importante, isso é fazer com que a gente ocupe um espaço, que nos foi muito caro e que a gente tem sido muito permissiva em deixar que os homens tomem gosto por ele.

Então, nós temos um terreno a ser desbravado, em que só a partir dessa reflexão — que passa também pela composição das mesas — é que vai nos permitir realmente saber que os instrumentos estão à disposição de cada uma de nós; basta ter um espírito de luta.”



### LÍVIA MARIA SANTANA E SANT'ANNA VAZ

#### Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia



Na conferência da Região Nordeste, na Bahia, nós introduzimos um tema que eu acho que é muito caro para todas nós — embora muitas ainda não tenham se dado conta disso —, que é a questão racial e da interseccionalidade de raça e gênero. Nós estamos, ainda, com um trabalho incompleto, se nós discutirmos equidade de gênero sem falar de raça.

Não é possível que nós ainda estejamos discutindo qualquer assunto relacionado às relações sociais, econômicas, acesso a direitos, em nosso País, sem trazer a interseccionalidade e a questão racial. Nós estamos falando de uma questão estrutural. A raça é um fator determinante, no Brasil, diz quem vive e diz quem morre.

Este trabalho estaria realmente incompleto sem essa reflexão. Isso quer dizer que gênero também é uma intersecção racializada. E nós não nos damos conta disso, no nosso trabalho como promotoras de Justiça. Por que a Lei Maria da Penha consegue atender às mulheres brancas e reduzir os índices de feminicídio entre mulheres brancas e não consegue oferecer os mesmos serviços, no sistema de Justiça, para as mulheres negras?

Por isso, é fundamental se falar em interseccionalidade. Nós precisamos ter em mente que, se nós não pudermos exercitar empatia em relação às vicissitudes e demandas dos outros, nós não estaremos realmente promovendo justiça para todas as pessoas.”





### **LIZ-ELAINNE DE SILVÉRIO E OLIVEIRA MENDES**

#### **Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**



Nós estamos aqui, enquanto membras e membros do Ministério Público, discutindo, de forma histórica, o nosso papel constitucional; nós estamos discutindo a nossa coerência.

Eu gostaria de colocar aqui que, realmente depois da fala da Livia, não tem como não compartilhar desse pensamento da interseccionalidade. E, mais do que isso, pensar igualdade com a nossa experiência de colonialidade e pós-colonialidade. Enquanto promotoras e procuradoras brancas, nós estamos aqui tentando romper os tetos de vidro, mas quantas mulheres não brancas nem chegaram nesse espaço nem se apresentaram para essa barreira de teto de vidro?

Precisamos vivenciar um feminismo e um mulherismo que ultrapasse esse *slogan* do 'faça acontecer', mas que inclua o *slogan* do 'vamos nos erguer enquanto nos unimos'. Precisamos construir mais do que muros que trazem um conforto a respeito da nossa identidade, do reconhecimento que buscamos; nós precisamos construir as pontes também.

Nós não estamos fazendo pouco, e não é um movimento que vai parar. É um movimento forte. Nós vamos aumentar os comitês, os conselhos, nós vamos pensar em cotas. As cotas são importantes? São urgentes, pelo menos assim eu penso; mas elas são compensatórias, elas só traduzem a necessidade de recompor uma desigualdade histórica. Mas isso ainda é pouco. É por isso que a gente precisa revolucionar, mexendo em todas essas estruturas que foram construídas com base num modelo masculino universal.



### **RODA DE CONVERSA**

O espaço da roda de conversa é concebido para que as conferencistas dialoguem com mulheres de outras áreas, especialmente das artes e das letras, de modo a ampliarem sua visão acerca das desigualdades de gênero na sociedade.

Em São Paulo, a 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça teve como convidada de honra um dos ícones da música brasileira, a cantora Elza Soares. Na iminência de completar 82 anos, Elza aceitou o convite para conversar com as representantes do MP brasileiro, na expectativa de propor “ações de união”.

Raquel Dodge recebeu a cantora e reiterou seu “gesto de generosidade extrema” ao aceder o chamado. “Mais uma vez, essa mulher brasileira, negra, extraordinária, dá mais uma contribuição para a construção de um país mais fraterno, mais justo, mais igual. Essa é a história da vida dela. Eu queria expressar em nome de todas nós um agradecimento imenso e profundo pela sua aceitação a este convite e expressar que a nossa admiração é enorme”, declarou a presidente do CNMP e PGR.

### **DIALOGANDO COM ELZA**

Elza Soares dispensa apresentações. Sua história de vida é conhecida publicamente desde quando se apresentou no programa de Ary Barroso, da Rádio Tupi. Naquela ocasião, vestiu-se com roupas velhas presas por alfinetes e calçou uma sandália de sua mãe. Ao ver o figurino da caloura, o apresentador lhe perguntou: “de que planeta você veio?”. Ali, Elza já dava traços de quem se tornaria; retrucou: “do planeta fome”.

Dona de uma voz inconfundível, Elza provou, ao longo de sua carreira, não só seu talento, mas a potência que uma mulher negra e favelada é capaz de prover no Brasil das tantas desigualdades.

Em São Paulo, respondeu pacientemente dezenas de perguntas no diálogo com promotoras e procuradoras de Justiça da região Sudeste.



Eu tinha tudo para não dar certo. Mulher, negra, pobre e com uns sonhos absurdos”, declarou. A mãe de Elza trabalhava como lavadeira, seu pai era operário. Dizia à mãe que queria mudar aquela situação. “Eu dizia ‘um dia eu tenho que mudar isso’. Tenho que ver minha mãe diferente, meu pai diferente. Eu vou ser diferente”, descreveu. “Mas a minha diferença não é só pra mim, é pra todo mundo”, acrescentou a cantora.

Elza Soares tornou-se uma das vozes mais conhecidas do Brasil e do mundo. Em 1999, a BBC a elegeu voz do milênio. Lançou mais de 80 discos. Mais recentemente, ao lado do produtor Guilherme Kastrup, gravou os álbuns *A Mulher do Fim do Mundo* (2015) e *Deus é Mulher* (2018), sucessos de crítica e de público.

Seus recentes trabalhos tematizam as novas ideias do feminismo, da representatividade da mulher, do enfrentamento da violência doméstica, de empoderamento e autonomia. Sobre tais questões, caras à proposta das conferências regionais de promotoras e procuradoras de Justiça, Elza conversou com as participantes.

Maria Rosa Sabbatelli, representante da Delegação da União Europeia, lhe perguntou sobre desafios. Qual se apresentou mais fortemente em sua carreira. Categoricamente, Elza disse que o desafio maior é ser negra. “A cor da pele fala muito”, acrescentou. A cantora percebe a potência de sua voz como “um presente divino”, que lhe levou a lugares privilegiados, onde havia poucos negros. “Eu entrava num local onde não tinha negros. E eu chegava porque, graças a Deus, eu tenho uma bela voz. Sem medo nenhum, chegava e enfrentava. Mas ali foi o maior problema: a cor da pele”, afirmou.

Superação foi o tema que Ivana Farina trouxe para a conversa. Perguntou a Elza, hoje inspiração para as mulheres, como a cantora superou os momentos de dor. “As minhas lutas não foram fáceis”, disse a intérprete. “Perder um filho é difícil. Ainda mais perder dois filhos, perder três filhos. Para poder sustentar meus filhos, eu tinha que fazer muita coisa. E cada filho que perdi, eu jurava que o outro eu não perderia”, expressou.

---

Elza, que sempre teve o público LGBT no seu universo de fãs, defendeu a criminalização da homofobia. A promotora de Justiça Lívia Santana destacou que o Brasil é um dos países que mais mata LGBTs no mundo. Em um contexto de desesperança, perguntou a Elza, como prosseguir na luta?



Eu acredito na vitória, eu não acredito em outra coisa. Eu acredito na vitória”, enfatizou. Para Elza, a união das mulheres, representada naquele encontro, por exemplo, é “sinal de vitória”. “É uma felicidade muito grande estar com vocês. Olha a coragem dessas mulheres, um bate-papo, essa conversa, sentada aqui, as mulheres conversando. Isso é muito importante. Isso é um sinal de vitória, gente. Eu não me desanimo”, completou.

#### **“EU VOU LIGAR PARA O 180”**

Uma das faixas de maior sucesso do álbum *A Mulher do Fim do Mundo* (2015) é a canção *Maria da Vila Matilde*, que fala de violência doméstica e exalta a coragem de uma mulher ao enfrentar um companheiro agressor. A música foi fundamental para divulgação do serviço Ligue 180, uma política pública de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Também convidada para a roda de conversa, a deputada federal Soraya Santos (PL/RJ) indagou a Elza o que mais se pode fazer para enfrentar esse tipo de violência? “Eu acho que é não calar. Ela tem que se manifestar, tem que denunciar”, respondeu. Além disso, acrescentou: “E não ter medo de denúncia. Enquanto ela ficar acuada, vai dando a liberdade da violência. Não pode calar. É falar e se unir cada vez mais”.

Elza acredita que as mulheres precisam se unir e construir autonomia juntas. Por isso, é imprescindível promover o debate amplo sobre os direitos das mulheres e as formas de enfrentamento da violência de gênero. “Que a gente não fique presa a um pedaço só. Sabemos que tem muito espaço por aí onde a nossa conversa não chega. É preciso arranjar um jeito de que a nossa conversa vá longe”, propôs.

Levar a conversa para mais longe significa, na sua opinião, estender a voz das mulheres para toda a sociedade, com o intuito de “tirar outras mulheres do medo”. Elas “têm razão de ter medo”, ponderou a intérprete; afinal, “estão nas mãos de um homem”. Porém, “o eco das nossas vozes”, para Elza Soares, é uma maneira de empoderar as demais mulheres e combater, juntas, a violência de gênero.



## O JARDIM DE CAMÉLIAS

No encerramento da roda de conversa, Raquel Dodge contou uma pequena história e convidou Elza e as promotoras e procuradoras presentes a conhecerem o jardim de camélias da sede da Procuradoria-geral da República, plantado em celebração ao 13 de maio, dia da abolição da escravidão.

Conforme Dodge, as camélias, trazidas do Japão pelos portugueses, estavam entre as flores favoritas da Casa Real brasileira. Por este motivo, foram cultivadas pelos negros do Quilombo do Leblon, um dos primeiros quilombos do Brasil, que desenvolveram a ciência de plantá-las e cultivá-las.

As camélias tornaram-se, assim, símbolo da luta abolicionista. Rui Barbosa, referência do projeto abolicionista, plantou, no jardim de sua casa, duas camélias. Uma delas localizava-se na frente do quarto de dormir, o que lhe permitia abrir a janela e lembrar diariamente do compromisso com a abolição.

Inspirada no relato histórico, Raquel Dodge solicitou à Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, mudas de camélia, a fim de levá-las para o jardim da sede da PGR. Segundo ela, seu objetivo foi estabelecer “uma conexão com esse compromisso de, na instituição, lutar por liberdade, contra a opressão e por democracia, uma democracia que incluía a todos”. São camélias vermelhas e brancas, descreveu, “para que a gente lembre que não importa a cor da camélia, o importante é que seja um jardim de camélias, porque todas são camélias, todas são iguais”.

Ao escutar atentamente a história, Elza Soares finalizou: “Nós, as camélias, sem cor da pele, somos as camélias vermelhas, as camélias brancas e temos as nossas camélias negras. Somos as camélias e deveríamos cada uma de nós, se pudéssemos, tê-las plantadas nas nossas janelas”.

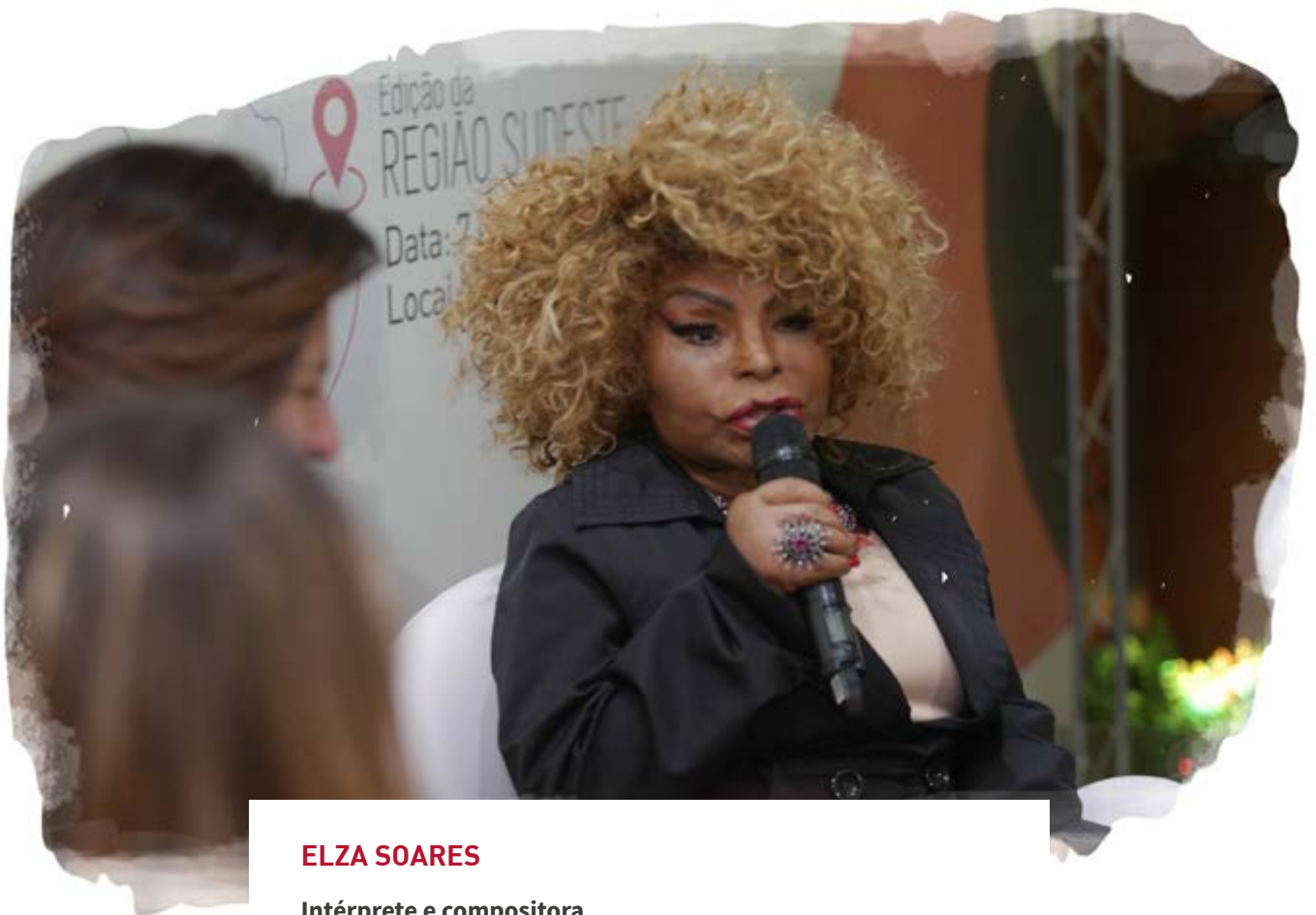
## APRESENTAÇÃO CULTURAL

Após emocionante conversa com Elza Soares, as participantes da 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça foram brindadas com a apresentação da cantora Preta Ferreira. “É a carne mais barata que você deseja, é a minha carne que você deseja”, entoou Preta, em samba que faz referência à canção clássica *A Carne*, interpretada por Elza Soares.

De autoria de Marcelo Yuka, Ulisses Cappelletti e Seu Jorge, Elza escutou *A Carne* pela primeira vez em um show de Seu Jorge, mas considerou, na ocasião, que o músico não depositava a alma que a canção exigia. “Essa música tem força, ela precisa ser dita com força”, ressaltou. Perguntou ao cantor se podia gravá-la. Ele consentiu. “Mas vou gravar do meu jeito”, disse.

Com a música, a intérprete acredita que “acordou muitos negros”. “O negro tem que sair mais, tem que aparecer mais, não ter medo de atravessar a calçada. Hoje eu vejo mais negros aparecendo, mas ainda tem muito pouco”, falou.

Elza continua cantando *A Carne*, mas sublinha: “A carne mais barata do mercado foi a carne negra”.



## ELZA SOARES

### Intérprete e compositora



Eu quero dizer da minha satisfação, da minha alegria imensa quando eu vejo as mulheres unidas. Isso, para mim, é uma vitória muito grande. Eu poderia hoje dizer assim: vou descansar, eu não preciso de mais nada; mas preciso de tudo. Esse tudo que eu preciso é essa união de mulheres. As mulheres unidas até então não existia, era muito difícil uma mulher ser amiga de outra mulher. E, hoje, graças a Deus, graças à nossa compreensão, a gente está vendo que a coisa mudou, que a gente precisa muito de uma companheira, uma amiga. É o que nós temos hoje de herança, de alegria, de felicidade.

Não temos ainda uma vitória. Ainda não está ganha a vitória das mulheres, não, viu? A gente ainda vê muita violência doméstica, muita mulher negra morrendo, a gente está vendo esse absurdo. A gente ainda não conseguiu alcançar os nossos objetivos, mas eu tenho certeza de que está bem próximo. Se continuarmos assim, a gente vai conseguir essa vitória o mais rápido possível, e eu vou poder descansar melhor.

Eu fui homenageada numa orquestra sinfônica. Lá, eu perguntei para o maestro: “maestro, cadê os negros? Não tem nenhum negro tocando na sua sinfônica?”. Ele ficou meio que sem jeito. E disse assim: “É, não tem”. Eu pensei: não tem porque não dão oportunidade, mas, no dia que derem oportunidade, terá. É abrir as portas.

Um dia eu quero ter uma escola pública, com o nome de Elza Soares, sem cor, onde todos possam estudar, sem cor da pele. Isso me interessa muito. Foi o que eu pedi no dia em que eu recebi o título de Doutora Elza Soares: uma escola pública que todos possam estudar, sem olhar a cor da pele.”



### **PAINEL TEMÁTICO: PERSPECTIVAS DE EQUIDADE DE GÊNERO – UMA PERCEPÇÃO FEMININA**

Ao dar início ao painel temático, a presidente do CNMP, Raquel Dodge, afirmou que a atividade tem o objetivo “de colher o depoimento de brilhantes membros do Ministério Público brasileiro”, e que sua proposta consiste em compartilhar experiências de carreira e perspectivas sobre o que significa pertencer ao Ministério Público.

Este também é um momento de troca com olhares forâneos, como o de Lígia Afonso, pesquisadora portuguesa, convidada do painel. “É um orgulho ver o trabalho, a coragem e o investimento de vocês”, disse a advogada portuguesa às conferencistas.

Em sua palestra, Lígia discutiu os sentidos das palavras feminização e feminismo e abriu sua intervenção com uma citação do livro clássico de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*: “o privilégio econômico detido pelos homens, o seu valor social, o prestígio do casamento, a autoridade de um apoio masculino, tudo impele as mulheres a desejarem ardorosamente agradar aos homens. Disto decorre que a mulher se conhece e se escolhe não tal como existe para si, mas tal como o homem a define”. Com a frase, Lígia chamou atenção para a ideia de que as mulheres, por vezes, se definem a partir de algo que lhes é exterior e o que torna a questão mais complexa — sem terem consciência disso.

Do ponto de vista da advogada, os diálogos entre o Brasil e a União Europeia, tais como ocorrem nas conferências, são “uma oportunidade para refletirmos sobre esse processo de construção de nós, enquanto mulheres e profissionais, e de efetiva-

mente conseguirmos criar espaços, em primeiro lugar, que sejam de reflexão para a nossa tomada de consciência sobre as práticas de desigualdade e de iniquidade”.

Na explanação, Lígia mencionou alguns cuidados à reflexão, como a atenção que se deve ter a tendências do discurso político de sobrevalorizar dados estatísticos relativos à presença de mulheres nas instituições. Para a pesquisadora, o destaque aos números pode velar “os desafios concretos” que as mulheres enfrentam em seus contextos de trabalho. “Essas mulheres, por exemplo, conseguem fazer valer a sua posição numa reunião?”, questionou.

Ao falar de feminismo, a pesquisadora portuguesa observou que as correntes teóricas que fundamentam os novos movimentos de mulheres “abraçam a diferença e a heterogeneidade das suas experiências e formas de fazer”. Isso leva em consideração questões interseccionais ao gênero, como raça e sexualidade, fundamentais no debate ocorrido em São Paulo.

Na opinião de Lígia, embora exista a experiência de tratamento desigual, por exemplo, entre mulheres brancas, negras e homossexuais, é possível “criar pontes para uma construção de fato comum de um mundo mais democrático. E, portanto, as diferentes experiências podem ter a mesma validade e o mesmo conhecimento”.

Nesse sentido, a advogada afirmou que os encontros regionais são ferramentas eficazes e válidas para se refletir sobre as problemáticas que envolvem o trabalho de promotoras e procuradoras, como também para “a construção de linhas futuras de intervenção”. As conferências, a seu ver, são espaços que possibilitam tomar consciência da experiência do diferente e da diversidade. “Sem dúvida, estamos no caminho certo”, finalizou Lígia.



## MITOS E PARADIGMAS

Tereza Cristina Maldonado é a primeira mulher a ocupar a Corregedoria-geral do Ministério Público de São Paulo. Ela reitera que não costuma exaltar o feito, principalmente porque tem consciência dos privilégios de classe e etnia que contribuíram para suas conquistas.

Durante o painel, a procuradora de Justiça do MP/SP defendeu que, para alcançar equidade de gênero, é preciso “superar amarras históricas e culturais”. O primeiro passo, segundo ela, é “desconstruir os mitos que são constitutivos de nossa cultura”, delineando outras interpretações a respeito dessas narrativas.

A procuradora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Daniela Yokoyama, trouxe à tona questões similares, apontando que os mitos de criação do mundo, como no Xintoísmo japonês e no Cristianismo, normalizaram culturalmente a iniquidade entre homens e mulheres.

“Essa normalidade insana de achar que a iniquidade entre homem e mulher é natural contém sentimentos muito primitivos e arraigados, que carregamos desde os primórdios das coisas, que moldam o nosso comportamento e deformam a nossa percepção do que é bom, justo e verdadeiro; nos faz consentir e avalizar o patriarcalismo autoritário. Natural mesmo no equilíbrio”, explicou.

Daniela, assim como Tereza, defende uma mudança de paradigmas. Para a procuradora de Justiça do MP/MG, transformar paradigmas significa, por exemplo, romper com os estereótipos e com o sentimento de culpa que atravessa as mulheres quando elas não conseguem “cumprir adequadamente os papéis estabelecidos”.

Tereza também pondera a questão dos papéis sociais, especialmente aqueles atribuídos pela maternidade. Ela acredita que as mulheres precisam refletir sobre seu papel enquanto mães e ponderar a responsabilidade que lhes sobrecarrega na criação dos filhos. Além disso, ela argumenta que as mães precisam atentar para a educação que ofertam a seus filhos e suas filhas, a fim de evitar reproduzir os mesmos estereótipos.

“E será que dentro das nossas casas nós estamos reproduzindo isso? Eu acho interessante se pensar isso também”, ponderou. Tereza avalia que a questão da equidade não avançará sem considerar a educação, “tanto a educação em casa, que damos aos filhos, como a educação formal”, complementou.



## MEMÓRIA

Com 24 anos de atuação no Ministério Público do Rio de Janeiro, Eliane de Lima Pereira afirmou que 4ª Conferência Regional lhe proporcionou resgatar episódios e refletir intensamente sobre sua trajetória na instituição. Para ela, é fundamental empreender a memória das vivências.

A promotora de Justiça do MP/RJ contou que, durante a oficina temática, “revisitou momentos” e lembrou de situações desagradáveis, como quando foi assediada por um colega em um tribunal do júri. Hoje, acredita que episódios constrangedores como este não passariam impunes, especialmente porque novas ideias e valores sobre a emancipação da mulher foram forjados nas últimas décadas. “Minhas filhas não permitiriam”, falou com otimismo.

No painel, Eliane destacou, assim como foi feito em outros momentos da conferência, a importância de discutir gênero numa perspectiva interseccional. Ela relatou que, na convivência diária e amizade com uma colega negra no MP/RJ, pôde aprender sobre o privilégio de sua branquitude. “Só a partir dessa convivência tão intensa e tão irmanada que eu pude entender os privilégios da mulher branca”, declarou.

Ao final da intervenção, a promotora de Justiça do MP/RJ mencionou o caso mais desafiador da instituição atualmente: a morte de Marielle Franco. “Quem mandou matar Marielle? Por que mandou matar?”, questionou a promotora.

Segundo Eliane, ao entrar na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e ver parlamentares negras eleitas representando as ideias da vereadora carioca, percebe-se a potência de Marielle. “Marielle é semente. Hoje, eu entro na Assembleia Legislativa, por mais que nós tenhamos a noção de toda a dificuldade, eu vejo quatro, cinco, parlamentares negras”, relatou.

Por fim, Eliane celebrou a memória e a história da vereadora e ressaltou força da sua imagem. “A figura da Marielle Franco está em expansão, a gente não dimensiona. Então, eu fico muito emocionada de ver que a mulher escolhida do Rio de Janeiro foi ela”, disse referindo-se às mulheres homenageadas pela 4ª Conferência.



## TRAJETÓRIA

Catarina Gazele pode ser considerada pioneira no Ministério Público do Espírito Santo, onde foi a primeira corregedora-geral do MP/ES e também a primeira procuradora-geral de Justiça. Catarina ingressou no Ministério Público capixaba em 1977, quando prestou concurso no Estado, após deixar o Rio de Janeiro, e ingressou na carreira ao lado de cinco mulheres, “as primeiras”.

No painel temático, Catarina narrou parte de sua trajetória e alguns episódios que a levaram a assumir o posto de procuradora-geral de Justiça do Espírito Santo. Conforme relatou, inscreveu-se três vezes à eleição de PGJ. Em 2002, integrou a lista, mas não foi escolhida. Na segunda vez, em 2004, lhe pediram que desistisse em favor de um candidato homem.

Ela consentiu e retirou a candidatura. Mas, na nova gestão, foi nomeada subprocuradora-geral Judicial. Nessa oportunidade, pôde “olhar para a execução penal” e tratar da questão prisional, que lhe “angustiava”. Buscou um trabalho de inovação e atuou no combate à corrupção na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Seu trabalho foi reconhecido e elogiado. Mesmo assim, ainda não desistira dos planos de assumir a Procuradoria-geral de Justiça.

Em 2006, candidatou-se mais uma vez e estava determinada a prosseguir, uma vez que o então procurador-geral afirmara que não se candidataria à recondução. O dilema veio em seguida: “Na última hora, ele foi lá e se candidatou. Faltavam sete minutos pelo protocolo. Eu pensei: ‘E agora?’”, contou.

Em meio a disputas, críticas e negociações, Catarina não abriu mão dessa vez. Deixou o cargo de subprocuradora-geral e encampou sua candidatura, afinal seria a segunda vez que desistiria. “Para surpresa geral, eu fiquei em terceiro lugar e entrei na lista”, contou. “E o que o governador fez? Ele me escolheu”. Catarina Gazele foi escolhida, então, procuradora-geral de Justiça do MP/ES, a primeira mulher a ocupar o cargo.

“Então, eu acho assim: qualquer colega minha que está aqui hoje podia estar aqui contando essa história. Para a mulher vencer, ela tem que trabalhar muito, mas mostrar o seu serviço. A gente precisa disso, de ter coragem, de acreditar que não deve desistir de nada. Não fiquem com vergonha, gente. Se joguem”, finalizou Catarina.



## LÍGIA AFONSO

### Advogada e pesquisadora da Universidade do Porto

Uma outra palavra que eu acho que merece a nossa reflexão é feminismo. Muitas vezes a questão do feminismo não é vista com bons olhos, é vista como uma coisa negativa e é associada a uma pretensão de as mulheres atingirem algum tipo de superioridade relativamente aos homens.

Eu trouxe aqui uma definição de feminismo que nos diz que para uns, o feminismo está associado ao processo histórico de luta pela conquista de direitos. Quando a conquista de direito ao voto e de luta contra formas de discriminação mais explícitas assumem um papel de destaque para uns, para outros, o feminismo é enquadrado como um movimento político que procura promover a tomada de consciência e a superação das diferentes formas de opressão a que as mulheres são sujeitas. E, portanto, como uma filosofia que é intencionada para a igualdade.

Aquilo que, na atualidade, é designado como a terceira vaga do feminismo, que é denominado como 'pós-feminismo', é uma linha que integra diferentes correntes teóricas dentro das quais se abraça a diferença, se abraça a heterogeneidade das mulheres, heterogeneidade das suas experiências e a heterogeneidade das suas formas de fazer. Por isso, temos as questões da raça, as questões da sexualidade, também aqui e utilizando a expressão que foi utilizada na fala da Lívia, a questão da intersecção do feminismo com todas estas problemáticas que, no fundo, são também formas de opressão.

Por isso, muito embora a experiência de tratamento desigual que vocês possam ter seja diferente de uma mulher homossexual ou de uma mulher da raça negra, isso não significa que não se possam criar pontes para de fato uma construção comum de um mundo mais democrático.

Eu acho que estes encontros, estes diálogos, são de fato uma ferramenta muito eficaz e muito válida para refletirmos sobre essas problemáticas, para a construção de linhas futuras de intervenção. Isso é tão assim e tão real que possivelmente não nos damos conta disso, mas o fato de, na sequência do encontro que ocorreu na Bahia, se ter acrescentado um novo eixo, a questão da raça, isto faz nos tomar consciência de que está a ver, da parte de quem vos representa, uma empatia para com a experiência do diferente e da diversidade. Por isso, sem dúvida, que estamos no caminho certo."



## ELIANE DE LIMA PEREIRA

### Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro



No grupo que eu integrei, o grupo 3, eu fiz esse exercício de me lembrar de coisas muito remotas na instituição. Fui passando por essa digressão intensa e contínua ao longo desses poucos dias, fui pensando em coisas que já ouvi de colegas, afirmações, de se referir a outras profissionais operadoras do Direito como ‘pessoas mal-amadas’. A gente ouvia isso. Como assim? Minhas filhas não vão ouvir isso, não de forma inerte.

Isso foi muito profundo e, a partir daí, comecei a olhar a estrutura do Ministério Público do Rio, de hoje até a Constituição de 1988. A gente tem que fazer uma regressão sobre algumas evidências.

Nós somos do Rio de Janeiro, eu, a Carla e a Tatiane, somos três colegas do Estado da Leila Diniz. Por que somos apenas três colegas do Estado da Leila Diniz? Por que somos três colegas só de um Ministério Público que tem a proporção invertida de homens e mulheres do Ministério Público brasileiro como um todo? Somos 60% na instituição do Ministério Público do Rio de Janeiro. Enquanto a média, no Brasil, é de 40%. Vamos dar uma olhada nessa história?

Nunca tivemos uma procuradora-geral, nunca tivemos uma chefe de gabinete. No Ministério Público do Rio de Janeiro, o andar da chefia é o 8º andar. Há pouquíssimo tempo atrás, não havia mulheres — a não ser na parte da secretaria — no 8º andar. É preciso que a gente pense sobre essas evidências.

Na estrutura do Ministério Público, é evidente que avançamos. Hoje, das cinco subprocuradorias-gerais, nós temos duas ocupadas por mulheres, nós temos uma corregedora, nós temos uma ouvidora-geral, nós temos as coordenadoras dos grupos de atuação. E por que não a gente assumir que é preciso, sim, pensar que temos que ter uma procuradora-geral mulher?”



### **TEREZA CRISTINA MALDONADO KATURCHI EXNER**

**Procuradora de Justiça e Corregedora-geral do Ministério Público de São Paulo**



Este é um projeto dos mais importantes e dos mais significativos. Realmente, o momento, o espaço plural, a fala franca, o debate são algo muito positivo, que certamente vão contribuir para a modernização do nosso Ministério Público e também para a sua integração. Porque não importa de que ramos sejamos, nós todos, integrantes dos diversos âmbitos do Ministério Público, temos o mesmo compromisso, que é o compromisso com a causa pública, com a cidadania, com o combate das desigualdades e a luta por uma sociedade mais pacífica e mais igualitária.

Eu acho que um primeiro passo nós já estamos dando, que é justamente estarmos aqui, conversando, fazendo as nossas narrativas e trocando as nossas experiências. Tem um conto de Walter Benjamin que ele faz uma colocação: 'se a narrativa não seria um caminho dos mais propícios para a cura'. E aqui eu digo cura como uma forma de nós conseguirmos integrar, de uma maneira mais saudável, homens e mulheres, evidentemente homens e mulheres diferentes — que bom que seja. O problema todo começa quando essas diferenças geram desigualdades. É aí que nós devemos estar atentos. É quando começa o nosso bom combate, vamos dizer assim.

O que a gente quer é contribuir, porque eu quero estar junto. Eu sei que essa caminhada é difícil. Mais difícil ainda, como se disse ontem, para as mulheres negras, para as mulheres negras homossexuais, para os homens negros. Eu sei que essa estrada é longa, mas eu sou uma pessoa otimista. Eu sei que é longa, que é dura e que é difícil, mas não tenho dúvida de que eu quero muito, com muita alegria, muita disposição, muito bom humor, estar do lado de vocês nessa trajetória."



## CATARINA CECIN GAZELE

### Procuradora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo



A história das mulheres do Ministério Público capixaba é uma história jovem. As mulheres lá, há 42 anos, não se inscreviam para concurso de promotora. Eram só os homens. Sequer havia candidatas. E, se tinha candidata, ela era reprovada.

Eu, carioca, acostumada a ver o Ministério Público carioca com promotoras e procuradoras, já quando eu era estagiária no MP/RJ, enquanto estudante de Direito da UFF, levei um susto quando cheguei em Vitória, para fazer o concurso: me deparei com aquela realidade que era um MP totalmente masculino e um Judiciário sem nenhuma mulher juíza. Isso era 1977. Este ano, eu completo 42 anos de MP. Desde o do meu concurso — quando entramos seis, uma mineira e cinco cariocas — começou a chegar candidatas mulheres.

De lá pra cá, várias mulheres chegaram. Sete ou oito dessas promotoras estão aqui no auditório e sabem muito bem. Para nós que ficamos no MP/ES, tivemos uma responsabilidade. Nossa vida foi, pelo menos nos dez primeiros anos, de muito sacrifício. Recebíamos muita ‘cantada’ de juiz, sabe. De chefe de gabinete entregar para a promotora substituta uma comarca melhor, com aquele sorrisinho achando que a promotora ia sair com ele.

Nós tivemos muita coisa que a gente não fala, porque assédio sexual só passou a ser crime em 2001, século 21. Na minha época, isso nem era crime. Todo mundo achava que era muito natural, achava que era um flerte, quando era uma cantada suja. Mas nós íamos desviando caminho desse tipo de gente, que, graças a Deus, era minoria dos homens, mas era uma minoria com poder e no poder, da qual nós íamos desviando.

De lá pra cá, muita coisa mudou, no Brasil inteiro e não só no Estado do Espírito Santo. De lá pra cá também, 34 entraram, 34 já se aposentaram e duas faleceram. Hoje, nós somos 115 mulheres. Somos, então, de 290 membros, 115 mulheres: 101 no primeiro grau, 14 no segundo grau.”



### **DANIELA YOKOYAMA**

#### **Promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais**

“Eu entendo que nós, do Ministério Público, que somos guardiães do regime democrático e dos direitos fundamentais, só podemos cumprir esse papel, com consistência, se nós garantirmos a vigência e o vigor dos valores democráticos dentro do próprio Ministério Público. É a metalinguagem da democracia: garanti-la dentro da instituição para salvaguardá-la na sociedade.

Uma instituição que se propõe a defender a democracia precisa ser democrática, precisa garantir representatividade e participação nos diversos postos ou mandos, para que ela não sirva de fachada para decisões autoritárias.

O poder autoritário se suporta sobre quatro pilares de diferenças: a diferença de idade, de classe social, de raça e de gênero. Portanto, lutar pela equidade de gênero, no Ministério Público, é lutar contra um dos pilares do poder autoritário. E, quando a questão envolve, por exemplo, a mulher negra, aí já são dois pilares envolvidos.

Então, precisamos urgentemente de uma mudança de paradigma. Trabalhar no sentido de valorizar a autonomia da mulher, a partir de uma construção em que ela tem de ser corresponsável com o homem, porque ele também precisa mudar. A partir disso, eu percebi que a minha competência profissional só poderia mesmo ser desenvolvida se passasse pela tomada de consciência das relações de gênero.

Eu decidi não andar mais atrás nem na frente de ninguém. Hoje, eu escolho homens e mulheres, para andar lado a lado, juntos. Eu compreendo isso como uma resistência, porque, para o poder autoritário patriarcal, quem está dentro daqueles quatro pilares de desigualdade (idade, classe social, raça e gênero) não pode ter autonomia.”



### **PROPOSTAS APROVADAS DURANTE A 4ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA – EDIÇÃO DA REGIÃO SUDESTE**

A plenária final é o momento da conferência destinado à discussão e votação das propostas elaboradas em cada eixo temático. Em São Paulo, os debates foram coordenados pela presidente do CNMP, Raquel Dodge, por membros da comissão organizadora do evento, Ivana Farina, Jacqueline Orofino, Ana Teresa de Freitas, Cristina Melo e João Akira Omoto, e pela convidada Livia Santana.

Durante a plenária, a mesa realizou a leitura de cada proposição formulada nas oficinas simultâneas. As conferencistas puderam discutir o conteúdo das propostas, fazer destaques e reformulações.

Um total de 33 propostas foram aprovadas na 4ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Edição da Região Sudeste. Foram sugeridas ações institucionais que buscam maior representatividade feminina no Ministério Público e que visam à igualdade de oportunidades para homens e mulheres na carreira. Confira cada uma delas, de acordo com o eixo temático.



## **EIXO I – INGRESSO NA CARREIRA: RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO**

Temas discutidos:

- Atratividade da carreira;
- MP: uma instituição para mulheres?
- Conteúdo dos editais de concursos para ingresso na carreira;
- Modelo e programas das atividades acadêmicas de ingresso e vitaliciamento;
- Sistemas de cotas.

Coordenadora: Fabiana Paes (MPSP)

Relatora Temática: Carla Stein (MPES)

Relatora de Ata: Carolina Frare Lameirinha (MPMG)

### **Participantes:**

Anna Trotta Yaryd (MPSP)

Monique Mosca Goncalves (MPMG)

Nathalie Kiste Malveiro (MPSP)

### **PROPOSTAS**

**Garantir a representatividade feminina na banca examinadora entre titulares e suplentes, bem como no curso de ingresso e vitaliciamento, no mínimo proporcional ao número de mulheres na carreira.**

Quantidade de votantes: 40

**Aprovo: 39**

Não aprovo: 1

Abstenção: 0

**Fomentar a criação de comitê de gênero na Administração Superior e de diretoria das mulheres nas associações de classe, observando-se a diversidade em sua composição e a participação de ambos no curso de formação, garantindo-se a abordagem da questão de gênero pelo primeiro e proporcionando atividades de integração entre as mulheres pela segunda.**

Quantidade de votantes: 37

**Aprovo: 35**

Não aprovo: 2

Abstenção: 0

**Garantir o cumprimento da Resolução nº 170/2017-CNMP, que dispõe sobre cotas de ingresso para negros.**

Quantidade de votantes: 40

**Aprovo: 39**

Não aprovo: 0

Abstenção: 1

**Fomentar a disponibilização de vagas gratuitas em cursos preparatórios, observados critérios de condição social, de raça e etnia, seja mediante vagas nos cursos oferecidos pelas associações ou mediante parcerias entre as associações e cursos preparatórios.**

Quantidade de votantes: 39

**Aprovo: 36**

Não aprovo: 3

Abstenção: 0

**Realizar diagnóstico para análise de dados, desde a inscrição até a aprovação no concurso de ingresso, avaliando-se a proporcionalidade entre homens e mulheres em cada etapa, em especial para aferir se há eliminação desproporcional de candidatas mulheres na prova oral, momento em que há identificação de gênero.**

Quantidade de votantes: 40

**Aprovo: 38**

Não aprovo: 2

Abstenção: 0

**Eliminar a exigência da realização de exame de colpocitologia oncótica e de mamografia e proibir quaisquer indagações de cunho invasivo à intimidade (frequência de atividade sexual, orientação sexual, número de parceiros/as, dentre outras) nos exames admissionais das mulheres na carreira do Ministério Público.**

Quantidade de votantes: 41

**Aprovo: 40**

Não aprovo: 1

Abstenção: 0

## EIXO II – CONDIÇÕES DE TRABALHO: SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR

Temas discutidos:

- Igualdade de tratamento;
- Discriminação no trabalho;
- Assédio moral e sexual;
- Riscos do trabalho e do ambiente;
- A condição feminina reclama condições especiais?
- Sororidade x discriminação entre mulheres.

Coordenadora: Patrícia Habkoug (MPMG)

Relatora Temática: Valeria Diez Scarance Fernandes (MPSP)

Relatora de Ata: Moema Ferreira Giuberti (MPES)

### Participantes:

Cristina Di Giaimo Caboclo (MPSP)

Joana Franklin de Araujo (MPSP)

Maria Stella Camargo Milani (MPSP)

Maria Zumira Teixeira Bowen (MPES)

Michelle Silva Magalhães (MPMG)

### PROPOSTAS

**Criar, junto à Administração Superior, Centro de Saúde da Mulher com equipe multidisciplinar, incluindo profissionais de assistência social, psicologia, psiquiatria, saúde laboral e bem-estar da mulher, assegurado o sigilo, com a possibilidade de propor ações institucionais preventivas. Cumprirá ao Centro de Saúde da Mulher a avaliação do grau de risco de atividades em locais insalubres para a promotora e servidora gestante, lactante e cuidadora e propor as adequações pertinentes.**

Quantidade de votantes: 39

**Aprovo: 36**

Não aprovo: 2

Abstenção: 1

**Sugerir que seja autorizada pelos órgãos competentes a extensão legal de mais dois meses no prazo da licença maternidade, para que possa ser gozada por qualquer dos titulares do poder familiar, mediante consenso de ambos, quando os dois forem servidores ou membros do MP.**

Quantidade de votantes: 35

**Aprovo: 31**

Não aprovo: 4

Abstenção: 0

**Sugerir a realização de campanha interna de conscientização quanto à configuração e consequências de atos de discriminação de gênero, assédio sexual e moral, bem como a criação, na página institucional, de um canal oficial de denúncia, obrigatoriamente composto por mulheres com atuação em gênero, com garantia de sigilo e monitoramento das denúncias.**

Quantidade de votantes: 35

**Aprovo: 34**

Não aprovo: 1

Abstenção: 0

**Fomentar a participação de, no mínimo, uma promotora ou procuradora de Justiça com atuação em gênero, no processamento de procedimentos administrativos disciplinares ou investigatórios criminais, instaurados em face de promotoras de Justiça ou servidoras, a fim de garantir uma investigação desprovida de estereótipos de gênero.**

Quantidade de votantes: 37

**Aprovo: 29**

Não aprovo: 4

Abstenção: 4

**Fomentar a criação de comitê, ou órgão equivalente, destinado ao estudo das questões gênero e raça no âmbito do Ministério Público, com o objetivo de traçar diagnóstico, de elaborar planejamento de ações e monitoramento dos resultados para assegurar o acesso de mulheres negras a todos os setores do Ministério Público.**

Quantidade de votantes: 36

**Aprovo: 35**

Não aprovo: 1

Abstenção: 0

### **EIXO III – PERMANÊNCIA NA CARREIRA: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, CURSOS, CAPACITAÇÕES, TREINAMENTOS E BOAS PRÁTICAS**

Temas discutidos:

- Especificidades necessárias;
- Incentivos;
- Atribuições;
- Especializações de ofícios;
- Capacitação - necessidades; dificuldades de participação em atividades pedagógicas etc.

Coordenadora: Eliana Vendramini Carneiro (MPSP)

Relatora Temática: Vera Lúcia Murta Miranda (MPES)

Relatora de Ata: Katia Suzane Lima Mendes Araújo (MPMG)

#### **Participantes:**

Ana Laura Bandeira Lins Lunardelli (MPSP)

Deborah Goulart Tavares (MPMG)

Eliane de Lima Pereira (MPRJ)

Fabiola Sucasas Negrão Covas (MPSP)

Maria Pia Woelz Prandini (MPSP)

Roberta Aline Saragiotto (MPSP)

Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner (MPSP)

#### **Propostas**

**Inserir a temática de direitos humanos como prioridade em todas as áreas do Ministério Público, desde o concurso de ingresso, os cursos de formação e aprimoramento, planejamento estratégico e exercício diário das funções, com acompanhamento, preferencialmente de forma preventiva, por parte das Corregedorias e valorizar membros que tiverem atuação destacada na área.**

Quantidade de votantes: 39

**Aprovo: 33**

Não aprovo: 4

Abstenção: 2

**Implementar regras para que os membros do Ministério Público, especialmente em suas Promotorias e Procuradorias, compartilhem informações e trabalhem em conjunto, identificando e multiplicando as boas práticas.**

Quantidade de votantes: 41

**Aprovo: 39**

Não aprovo: 1

Abstenção: 1

**Implementar estratégias visando maior representatividade dos Ministérios Públicos perante o Poder Legislativo, para salvaguardar direitos e garantias institucionais, especialmente previdenciários.**

Quantidade de votantes: 41

**Aprovo: 35**

Não aprovo: 2

Abstenção: 4

**Investir em tecnologia para a produção de dados que possam subsidiar a atuação preventiva em todas as áreas, especialmente na criminal.**

Quantidade de votantes: 40

**Aprovo: 38**

Não aprovo: 0

Abstenção: 2

**Fomentar a participação paritária de homens e mulheres na administração superior, nos órgãos colegiados, nas Corregedorias, nas bancas examinadoras de concursos e nas ações educativas.**

Quantidade de votantes: 32

**Aprovo: 32**

Não aprovo: 0

Abstenção: 0

**Sugerir aos Ministérios Públicos a implementação de procedimentos de escuta qualificada e protegida (com sigilo absoluto), por profissionais de equipe multidisciplinar, para apuração dos casos de assédio contra as mulheres na instituição, concomitantemente a ações educativas.**

Quantidade de votantes: 36

**Aprovo: 35**

Não aprovo: 1

Abstenção: 0

## **EIXO IV – MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA: CRITÉRIOS, DIFICULDADES E POLÍTICAS DE EQUIDADE**

Temas discutidos:

- Promoções/remoções - especificidades necessárias com impacto na movimentação (maternidade e cuidados com a família);
- Capacitação - critérios para movimentação e promoção por merecimento;
- Lotação em unidades de difícil provimento.

Coordenadora: Sueli Lima e Silva (MPES)

Relatora Temática: Luciana Teixeira Guimarães Christofaro (MPMG)

Relatora de Ata: Luciana André Jordão Dias (MPSP)

### **Participantes:**

Daniela Yokoyama (MPMG)

Juliana Mendonça Gentil Tocunduva (MPSP)

Laís Bazanelli Marques dos Santos (MPSP)

Thais Nascimbeni Buchala Hidd (MPSP)

### **PROPOSTAS**

**Propor ao CNMP que recomende aos Ministérios Públicos a não suspensão do estágio probatório de promotoras de Justiça em licença-maternidade, estabelecendo, se necessário, outros critérios de avaliação para o vitaliciamento.**

Quantidade de votantes: 39

**Aprovo: 30**

Não aprovo: 9

Abstenção: 0

**Sugerir às Procuradorias-Gerais de Justiça, aos Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministério Públicos e às Escolas institucionais ações objetivando a reflexão institucional, com o intuito de eliminar eventuais preconceitos e discriminações em relação às colegas grávidas e em licença-maternidade, priorizando a designação de substitutos para esses casos de afastamento.**

Quantidade de votantes: 41

**Aprovo: 39**

Não aprovo: 2

Abstenção: 0

**Propor a realização de diagnóstico pelas Procuradorias-Gerais de Justiça para conhecer a realidade e o quantitativo de recusas de ocupação de cargos de assessoria por promotoras e procuradoras de Justiça, bem como de promoções e remoções, e as razões pelas quais tais recusas acontecem.**

Quantidade de votantes: 40

**Aprovo: 39**

Não aprovo: 1

Abstenção: 0

**Fomentar a promoção, pelos Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público e pelas Escolas institucionais, de cursos regionalizados ou a distância que propiciem uma maior participação das promotoras de Justiça, principalmente as que residem no interior, para que não fiquem prejudicadas na avaliação de merecimento.**

Quantidade de votantes: 41

**Aprovo: 40**

Não aprovo: 1

Abstenção: 0

**Sugerir aos órgãos competentes a instalação de debate sobre licença familiar, inclusive sobre a apresentação de proposta de emenda constitucional ao art. 7, inc. XVIII.**

Quantidade de votantes: 36

**Aprovo: 32**

Não aprovo: 4

Abstenção: 0



## EIXO V – CARREIRA E OUTRAS JORNADAS: GÊNERO E FAMÍLIA

Temas discutidos:

- Carreira e vida privada;
- A revolução que não se completou: dupla jornada, em casa e no trabalho;
- É preciso optar: filhos ou carreira?

Coordenadora: Carla Rodrigues Araujo de Castro (MPRJ)

Relatora Temática: Claudia Ferreira Mac Dowell (MPSP)

Relatora de Ata: Thereza Cristina Rodrigues Dias Corteletti (MPMG)

### Participantes:

Cristina Ferreira Labarrère Nascimento (MPMG)

Maria Beatriz Renoldi Murad Vervloet (MPES)

Maria Gabriela Prado Manssur (MPSP)

Maria Izabel do Amaral Sampaio Castro (MPSP)

Paula Fernanda Almeida de Pazolini (MPES)

### PROPOSTAS

**Propor o desenvolvimento de campanha para desnaturalizar os papéis ditos femininos e os ditos masculinos, para quebrar estereótipos e paradigmas.**

Quantidade de votantes: 39

**Aprovo: 37**

Não aprovo: 2

Abstenção: 0

**Propor a realização de pesquisa, com recorte de gênero e raça, sobre a rede de apoiadores externos (empregados domésticos, cuidadores e babás), com que contam as procuradoras e promotoras de Justiça para o desenvolvimento de suas funções ministeriais, e fazer a divulgação e análise dos resultados, objetivando sua visibilidade dentro da instituição.**

Quantidade de votantes: 40

**Aprovo: 35**

Não aprovo: 4

Abstenção: 1

**Propor a criação de licença-aleitamento.**

Quantidade de votantes: 40

**Aprovo: 38**

Não aprovo: 1

Abstenção:1

**Fomentar a instituição de horário diferenciado de aleitamento para as servidoras do Ministério Público.**

Quantidade de votantes: 37

**Aprovo: 35**

Não aprovo:2

Abstenção:0

**Fomentar a institucionalização de rodas de conversas de promotoras e procuradoras de Justiça, preferencialmente em caráter bimestral, para troca de experiência, inclusive admitindo-se a convocação.**

Quantidade de votantes: 40

**Aprovo: 36**

Não aprovo:2

Abstenção:2

## **EIXO VI – EMPODERAMENTO, LIDERANÇAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL: IGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS DE EQUIDADE**

Temas discutidos:

- Composição de colegiados;
- Participação em funções de coordenação;
- Participação em grupos de trabalho ou em forças-tarefas;
- Participação em mesas de painéis, congressos, seminários e cursos promovidos no âmbito do Ministério Público;
- Há temas mais femininos e outros mais masculinos?

Coordenadora: Silvia Chakian de Toledo Santos (MPSP)

Relatora Temática: Maria Clara Costa Pinheiro de Azevedo (MPMG)

Relatora de Ata: Tatiana Carvalho de Oliveira Cavalcanti (MPRJ)

### **Participantes:**

Catarina Cecin Gazele (MPES)

Claudia Spranger e Silva Luiz Motta (MPMG)

Flávia Flores Rigolo (MPSP)

Lídia Helena Ferreira da Costa dos Passos (MPSP)

Liliana Mercadante Mortari (MPSP)

Maria Conceição de Assumpção Mello (MPMG)

Mônica de Barros Marcondes Desinano (MPSP)

### **PROPOSTAS**

**Instar as Corregedorias do CNMP e dos Ministérios Públicos a adotar ações de orientação aos membros da carreira no sentido de que condutas misóginas, difamações ou exposições públicas com viés de gênero, especialmente em pleitos eleitorais internos, constitui conduta incompatível com a função, passível de responsabilização.**

Quantidade de votantes: 40

Aprovo: 40

Não aprovo: 0

Abstenção: 0

**Sugerir às Procuradorias-Gerais de Justiça dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo a democratização, com alteração legislativa, do acesso ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, para permitir que todos os promotores e promotoras de Justiça concorram aos referidos cargos.**

Quantidade de votantes: 31

**Aprovo: 24**

Não aprovo: 4

Abstenção: 3

**Sugerir às Procuradorias-Gerais de Justiça a apresentação de projeto de lei para que promotores e promotoras de Justiça de qualquer entrância, com, no mínimo, dez anos de carreira, possam assumir cargos de assessoria da PGJ, assessoria da Corregedoria, coordenações e comissões de concurso.**

Quantidade de votantes: 29

**Aprovo: 20**

Não aprovo: 7

Abstenção: 2

**Fomentar a adoção pelas Procuradorias-Gerais de Justiça de critérios de equidade de gênero no que tange à autorização de afastamento para aperfeiçoamento funcional em cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, seja mediante licença remunerada e/ou custeio pela instituição.**

Quantidade de votantes: 36

**Aprovo: 36**

Não aprovo: 0

Abstenção: 0

**Incentivar a criação pelos CEAFs e Escolas Superiores de grupos de estudos e a realização de seminários e eventos para discussão da questão de gênero dentro dos Ministérios Públicos, em especial com incentivo ao empoderamento feminino e à maior participação político-institucional das membras dos Ministérios Públicos, medidas essas que devem contemplar a participação masculina.**

Quantidade de votantes: 38

**Aprovo: 38**

Não aprovo: 0

Abstenção: 0

**Fomentar a realização pelas associações de classe de torneios esportivos, eventos culturais, cursos, fóruns e viagens nos quais haja interação entre as associadas e viabilize maior integração entre todas.**

Quantidade de votantes: 36

**Aprovo: 35**

Não aprovo: 1

Abstenção: 0



### ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES E AVALIAÇÃO

Nas conferências regionais, as participantes avaliam as atividades realizadas, respondendo à pergunta: *A conferência alterou a sua percepção sobre questões de gênero? Por quê?*

Na 4ª edição, da Região Sudeste, 21 mulheres responderam *sim* e quatro responderam *não*. Aquelas que afirmaram que não houve alteração, por outro lado reforçaram que a temática está há um tempo presente no seu dia a dia, em cursos de pós-graduação como também no trabalho cotidiano.

As participantes que responderam positivamente ressaltaram que a conferência enseja a construção de consensos em meio à pluralidade de ideias e que o encontro se torna uma vivência de aprendizado, troca e afetividade.

A pesquisa de avaliação, além disso, incentiva as promotoras e procuradoras de Justiça a descreverem, em três palavras, seus sentimentos em relação à conferência. *Sororidade, esperança, coragem, aprendizado, satisfação, gratidão, alegria, força, potência e união* foram algumas destacadas pelas conferencistas da região Sudeste.

Essa diversidade de sentimentos foi celebrada no encerramento da conferência. Ao final da discussão de propostas na plenária final, as participantes uniram as mãos formando um grande círculo e entoaram tradicionais cantigas de roda da cultura brasileira.

A seguir, confira o que foi escrito pelas promotoras e procuradoras de Justiça a respeito da experiência de participação na 4ª Conferência Regional – Edição da Região Sudeste.



“A partir de exemplos maravilhosos, vivências e reflexões, entendi a dimensão dos desafios que precisamos ultrapassar nesta temática”.

“Porque trouxe novas reflexões e perspectivas”.

“Porque o contato com colegas diversas me fez perceber que há muito espaço de consenso para construção de equidade de gênero no MP”.

“Porque forneceu outros parâmetros para diálogo”.

“Porque entrei em contato com outras perspectivas e vivências diversas da minha, que acrescentaram ao meu conceito de papéis de gênero e sua intersecção com outras questões de inequidade”.

“Porque passei a ter outra visão acerca da questão da interseccionalidade”.

“Achava que já tinha conquistado o que queria, mas vi que estava enganada”.

“Trouxe perspectivas novas e ideias que não tinham me ocorrido. Uma nova perspectiva de atuação e plano de ação”.

“Possibilitou novas reflexões”.

“Pela troca de informações, experiências, ideias”.

“O compartilhamento de experiências me fez perceber o quanto avançamos e o quanto precisamos avançar”.

“Reafirmou reflexões”.

“Ouvir mulheres, suas lutas e experiências nos faz sair do “gabinete das ideias” e entrar na realidade sofrida do feminino no MP”.

“Trouxe conhecimentos de situações que não imaginava que ocorriam”.

“Porque eu entendia a questão de gênero como necessariamente vinculada a concepções ideológicas e pude perceber uma amplitude muito maior ao tema”.

“Percebi que a percepção de gênero, ainda nova para algumas, abriu reflexões sobre seus papéis”.

“Meu horizonte de mundo, com certeza, fora ampliado”.

“Porque trouxe novas reflexões e perspectivas”.

“Várias situações que eu não imaginava como discriminação de gênero, eu percebi, ao longo dos dois dias, que eu já sofri na carreira”.

“Porque algumas questões do cotidiano que, para mim, eram naturais do meu papel familiar me trouxeram reflexões”.

“Verifiquei versões novas que me fizeram refletir.”

“Ilustrou diversas (e nem sempre notórias) dificuldades enfrentadas pelas mulheres”.

“Porque a comunhão de ideias faz progredirmos, porque a aproximação com outras colegas nos leva a uma percepção mais qualificada. Foi ótimo”!

“Porque eu não percebia certas situações como preconceito de gênero”.

“A troca de experiências trouxe novos questionamentos e novas abordagens sobre o tema”.

“Porque pude perceber a desigualdade de gênero sob outros aspectos”.

“A troca de experiências amplia o diagnóstico”.

“Não. Porque eu não tenho problemas em compreender essas questões. Compartilhei o que não é fato novo, mas gostei muito”.

“Não alterou porque já trabalho com a questão há anos e já havia refletido sobre os temas levantados”.

“Porque já tinha consciência da ampla desigualdade”.

“Já venho, faz algum tempo, procurando ouvir e refletir sobre essa questão”.

“Não alterou minha percepção, porque já estudo gênero e trabalho nessa área há anos, mas foi gratificante a troca”.

“Vi que somos muito mais poderosas do que já sabia”!

“Já tinha refletido na pós-graduação que faço”.

“A Conferência aprimorou minha percepção”.





CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



União Europeia



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES

